



apresenta



APRESENTAÇÃO

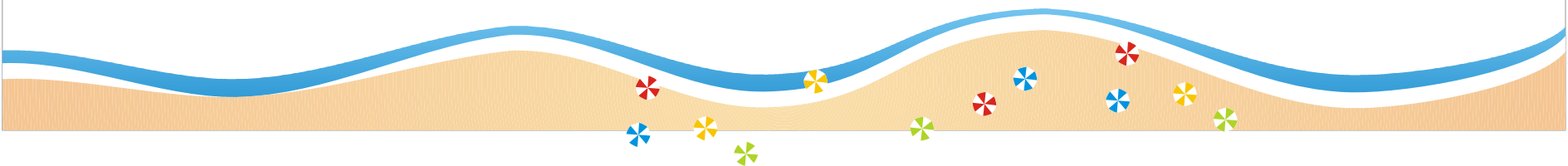
O Projeto Orla surgiu pela necessidade de estabelecer um regramento no uso e ocupação da orla marítima no intuito de garantir a qualidade ambiental para o futuro.

A idéia partiu do Ministério do Meio Ambiente-MMA em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União buscando contribuir em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais e ordenamento do uso e da ocupação da orla marítima.

É um “Plano Diretor” específico para a orla marítima. Institucionalmente orienta a descentralização de ações de planejamento e gestão desse espaço, da esfera federal para o do município e articula Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs, Gerências Regionais do Patrimônio da União - GRPUs, Administrações Municipais e Organizações Não Governamentais locais, e outras entidades e instituições relacionadas ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, a questões fundiárias, a atividades econômicas específicas que atuam no espaço da orla.

Estrategicamente, o Projeto Orla vem fortalecer a capacidade de atuação e articulação de diferentes segmentos públicos ou privados na GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA, colaborando com o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para a gestão integrada e estimulando atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentado dessas regiões que no caso de TORRES tem vocação turística.

Somando esforços, o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal veio contribuir com o MMA repassando a aplicação prática da metodologia do projeto, para a capacitação de gestores locais e para acompanhar o Plano de Intervenção elaborado em cada município através de um grupo gestor local.



PROJETO ORLA



PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA DE TORRES / RS

Eu não desejo ser um homem comum.
É direito meu ser fora do comum.

Procuro a oportunidade, não a segurança.
Quero correr risco, sonhar e construir,
fracassar e ter sucesso.

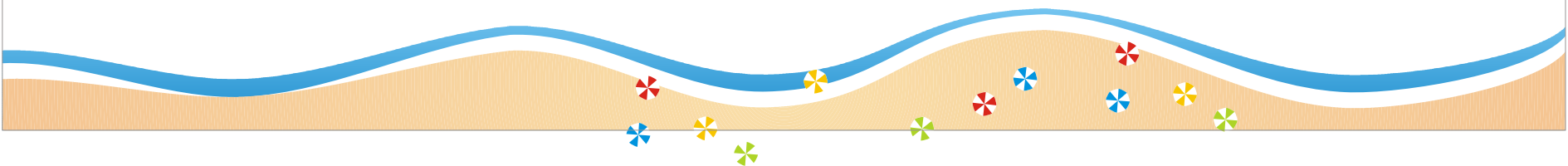
Recuso-me a trocar por subsídios minha iniciativa.

À minha subsistência garantida prefiro os desafios que a vida trás,
prefiro o entusiasmo da realização à calma estagnada da utopia.

Não trocarei a liberdade pela beneficência,
nem minha dignidade pelo seguro.

É meu privilégio pensar e agir por mim mesmo,
gozar os benefícios das próprias criações
e encarar de frente o mundo.

DEAN ALFAGE



PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA

PROJETO ORLA



PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA DE TORRES / RS

Prefeito

José Batista da Silva Milanez

Vice-Prefeito

Claudio Dorneles Marinho

EQUIPE

Oscar Martins de Lima

Soc. dos Amigos da Praia de Torres

Nabor Guazzelli

ONG Onda Verde

Edinéia Maria Pallú

Sec. Municipal de Coordenação e Planejamento

Central de Projetos

Kátia Maggi Storch

Sec. Municipal do Meio Ambiente

Irene Martins de Lima

Ass. dos Moradores da Prainha

Luiz Carlos Munhos Dias

Ass. dos Vendedores Ambulantes Praia de Torres

Eliane Zortea

Sec. de Coordenação e Planejamento

Central de Projetos

Marcelo Koch

Sec. Municipal de Coordenação e Planejamento

Diovani José Motta da Silva

Ass. dos Moradores e Veranistas das Praias do Sul de Torres

Carlos Henrique Lange

Ass. dos Comerciantes do Calçadão da Praia Grande de Torres

Vera Lúcia Prates da Cunha

Ass. de Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares de Torres

Zilmar Behem

Ass. dos Comerciantes do Calçadão da Praia Grande de Torres

Michel Moretto

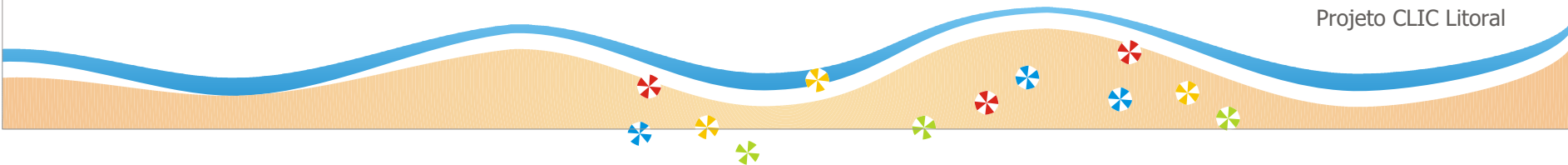
Acadêmico de Arquitetura da Ulbra

Cláudia Leite Costa Martins

Projeto CLIC Litoral

Eduardo Martins

Projeto CLIC Litoral



1.0 OBJETIVO GERAL

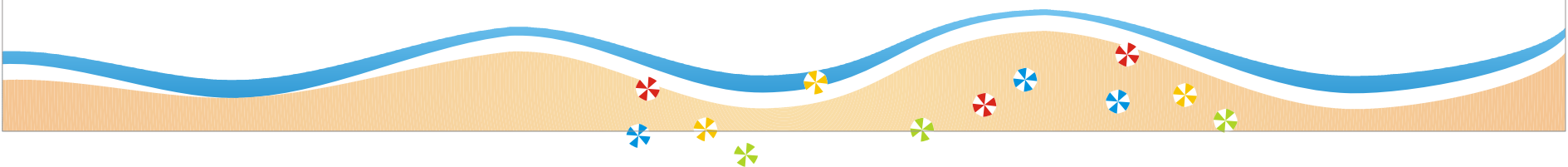
O projeto de intervenção da Orla Marítima do Município de Torres tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável de sua orla através da implementação de um conjunto de ações coordenadas entre si que deverão envolver os aspectos ambientais, culturais, econômicos, sociais e urbanos, definindo a vocação da orla do município.

Devendo também contemplar e avaliar projetos já desenvolvidos e ou em andamento em que se vem trabalhando, no intuito de disciplinar e ordenar os usos da orla dando maior qualidade e tornando-a mais atrativa a fim de ampliar a permanência das pessoas em nossa cidade, que deverá refletir no aumento da arrecadação, do nível de emprego e da riqueza municipal.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Reconhecimento das potencialidades reforçando o traçado da vocação;

- Definição dos cenários futuros para escolha dos parâmetros a serem monitorados em seus aspectos de uso e ocupação do solo, tanto nos espaços construídos como nos naturais;
- Implantar medidas estratégicas para a implantação do projeto de intervenção estabelecendo finalidades, prazos, responsabilidades e atores envolvidos para cada uma delas;
- Operacionar estrutura de gestão dos instrumentos legais para o ordenamento e o desenvolvimento sustentável pretendido, considerando obrigatório a criação de fóruns de decisão de caráter participativo;
- Estabelecer meios para o acompanhamento, avaliação e revisão do Projeto de Intervenção;
- Promover a conservação das dunas
- Promover o ordenamento das atividades esportivas e de lazer
- Planejamento da infra-estrutura (equipamentos turísticos, sinalização / paisagismo/ Plano de Manejo, etc.)



2.0 IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

Participaram das discussões para elaboração e execução do projeto de intervenção na Orla de Torres a Prefeitura Municipal de Torres e participantes de diversos segmentos locais. Deste evento multidisciplinar, ficou constatado que a execução do referido projeto deveria contar com a colaboração permanente da sociedade civil envolvida e do poder público, legitimando as propostas contidas:

EXECUTOR:

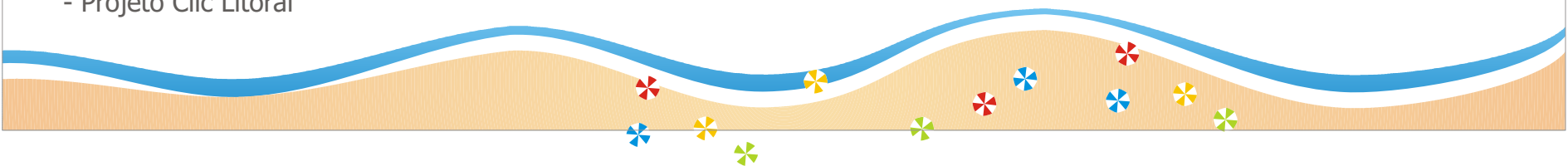
- Prefeitura Municipal de Torres - PMT

CO-EXECUTOR:

- Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA
- Central de Projetos - SEMPLA
- Secretaria do Municipal do Meio Ambiente - SEMMEA
- Secretaria Municipal de Desportos e Turismo

PARCEIROS DA COMUNIDADE:

- Associação de Bares, Hotéis, Restaurantes e Similares - ABHR
- Associação dos Comerciantes do Calçadão da Praia de Torres - ACCPGT
- Associação dos Vendedores Ambulantes de Praia de Torres - AVAMPT
- Sociedade dos Amigos da Praia de Torres - SAPT
- Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Torres - ASENART
- Associação dos Moradores e Veranistas das Praias do Sul de Torres
- Associação dos Moradores da Prainha
- ONG Onda Verde
- Projeto Clic Litoral



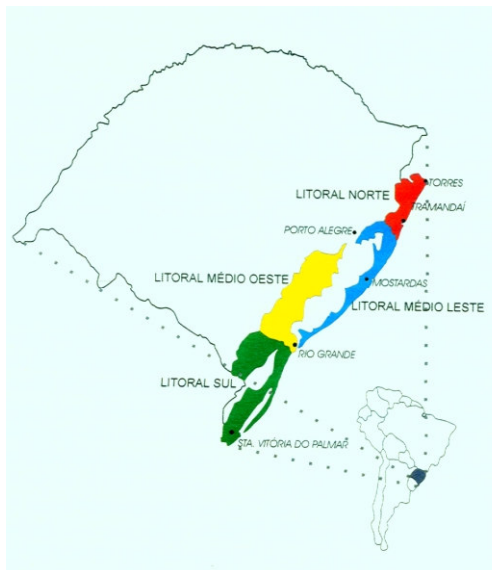
3.0 O MUNICÍPIO DE TORRES

Torres localiza-se na região sul, estando inserida conforme dados do IBGE, na mesoregião metropolitana de Porto Alegre e na microregião de Osório.

O município de Torres encontra-se na porção norte da zona costeira do Rio Grande do Sul, distando 200km da capital do estado pela BR 101.

Possui uma área de 174,50km² sendo delimitado ao norte pelo estado de Santa Catarina, a oeste pelo município de Mampituba, ao sul pelo município de Arroio do Sal e a leste pelo oceano Atlântico.

Possui uma população fixa de 30.880 habitantes, sendo 27.556 habitantes na área urbana e 3.324 habitantes na área rural.



3.1 - HISTÓRICO

Torres é um dos núcleos mais antigos do Estado do Rio Grande do Sul. Era utilizado pelos índios Carijós, de Santa Catarina, e Arachanes do Rio Grande do Sul, que em seu comércio de trocas usavam uma picada, margeando os banhados dos sopés internos, começando na praia grande e indo até a Itapeva. Estas trilhas também eram usadas por paulistas, compradores de índios, que os levavam a São Paulo como escravos.

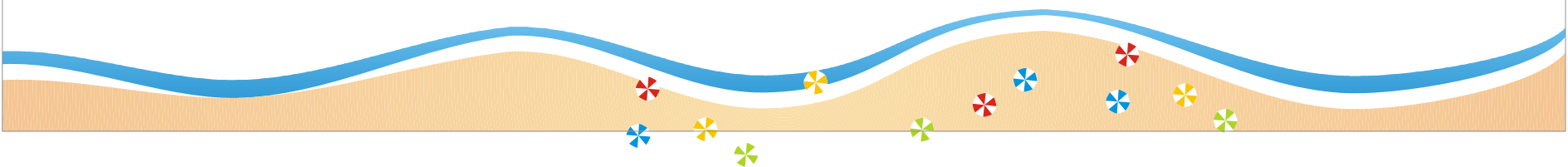
A cidade de Torres surgiu pela necessidade de controlar esta estratégica passagem, na qual foi instalado um posto fiscal, que logo se transformou em Guarita Militar da Itapeva e Torres (entre 1774 e 1776). Colonos açorianos, vindos do Desterro (atual Florianópolis) e de Laguna (SC), começaram a instalar-se na região.

O nome da cidade é devido a existência de três grandes rochedos que se estendem a beira mar: torre do norte (morro do Farol); torre do centro (morro das Furnas) e torre do sul (praia da Guarita). "Há pouco mais de cem anos houve tentativa de trocar o bonito e sonoro nome de Torres por Deodorópolis. Além de ser uma denominação difícil de pronunciar, tratava-se de subserviente homenagem a um ditador militar, ainda vivo, o Mal. Deodoro da Fonseca" (Ruy Ruben Ruschel, historiador).

Em 1809, D. Diogo de Souza, primeiro capitão-mor da capitania do RS, mandou reforçar a guarnição de Torres e autorizou a construção do Forte de São Domingos das Torres, além de um presídio militar.

O título de fundador de Torres se refere ao alferes Manoel Ferreira Porto, comandante da guarda da guarita militar que, em 1815, obteve licença para edificar a capela no local junto ao posto da guarda, atual Morro do Farol, contrariando os desejos dos colonos, que a queriam no morro da Itapeva.

A matriz de São Domingos foi a capela e igreja mais antiga do litoral nordeste do Estado, a primeira a ser erguida (1824), em toda distância que medeia entre a Laguna e Osório. A função pública da igreja São Domingos, ficou mais nítida depois de ser promovida a capela curada (1826) e freguesia (1837).

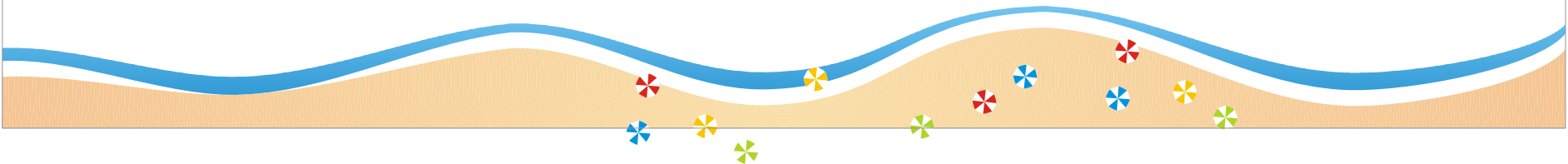


Tornou-se o centro das eleições para vereadores (para câmara de Santo Antônio da Patrulha) e de juizes de paz. Era onde se faziam os registros de nascimento (batismo), casamento e óbito. Mais tarde, depois de 1850, encarregou-se do registro de imóveis, segundo a lei das terras. Também lhe competia o levantamento estatístico da população. Foi o núcleo a partir do qual surgiu a própria cidade de Torres.

Em 1826, D. Pedro I passou pelo povoado de Torres/RS. No dia 05 dezembro, a caminho do Sul do País por motivo da guerra da Cisplatina. No dia 25 do mesmo mês e ano, ele retornou pernoitando novamente no complexo administrativo-militar da época, situado entre a igreja e o baluarte.

A constituição étnica de Torres, além dos índios e açorianos, é composta por imigrantes alemães e italianos. Os alemães chegaram em 1826 e foram separados, pelo comandante da fortaleza, conforme a religião que professavam: Os protestantes formaram a colônia de Três Forquilhas, com seu médico e pastor, a oito léguas do povoado. Os católicos, por sua vez, foram inicialmente para a estrada de Mampituba, depois junto ao Rio Verde e, finalmente, entre as lagoas do Forno e Jacaré, construindo a colônia de São Pedro de Alcântara. Por volta de 1830, famílias de origem italiana, vindas de Caxias do Sul, fixaram moradia no distrito de Morro Azul. Dentre as personalidades que deram forte impulso ao desenvolvimento de Torres, destaca-se quem lançou a "indústria turística", que dominou o cenário econômico local, da primeira até a segunda grande guerra: José Antônio Picoral, filho da colônia São Pedro de Alcântara, tornou-se próspero comerciante em Porto Alegre/RS, mantendo, porém, vínculo com a terra de origem. Depois de um frustrante veraneio em Tramandaí, Picoral decidiu transformar Torres, em uma moderna Estação Balneária e em 1915, após entendimentos com João Pacheco de Freitas, Luiz André Maggi, Carlos Voges e outros torrenses, instalou-se o seu Balneário Picoral, marco histórico da introdução do turismo em Torres/RS.

Em 1836, devido a Revolução Farroupilha, iniciada em 1835, Torres/RS sentiu as dificuldades da guerra civil, que a deixou no mais completo abandono, prejudicando e recuando o desenvolvimento. No ano seguinte, através da Lei de 20 de dezembro de 1837, seria criada a Freguesia de São Domingos das Torres, 28ª da Província. O desenvolvimento da Freguesia deu-lhe o privilégio de ser também elevada a categoria de Vila e Município, o que ocorreu em 21 de maio de 1878 pela Lei Provincial n.º 1152, dando-se a sua instalação a 22 de fevereiro de 1879. A cidade de Torres tem ainda um pouco de história viva: as casas antigas da rua Júlio de Castilhos formam um conjunto arquitetônico dos mais típicos em estilo colonial, construídas no século passado. Os materiais utilizados para as construções como as pedras que foram extraídas do morro do Farol, rejuntadas com barro e cal de sambaquis, madeiramento de lei, extraídas das matas que então existiam na praia da Cal e ao redor da Lagoa do Violão.

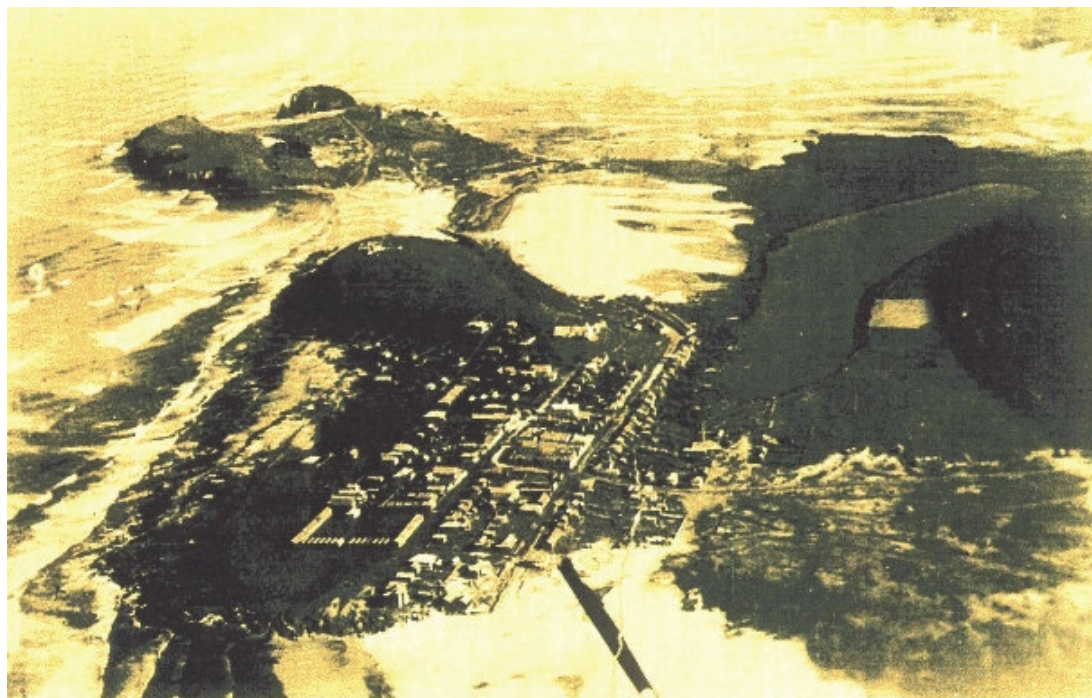


3.2 EVOLUÇÃO URBANA E ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

O conhecimento das origens de um local constitui importante ferramenta na análise da realidade, possibilitando vislumbrar as tendências futuras permitindo intervenções coerentes para a melhoria das condições de vida de uma comunidade, bem como os rumos de seu desenvolvimento.

A orla de Torres teve seu início marcado por característica militarista. A elevação rochosa da torre norte permitia, em dias claros, vislumbrar a longas distâncias movimento de tropas espanholas que invadiam o sul do País por ocasião do alargamento português dos limites do Tratado de Tordesilhas.

Embora a cidade de Torres seja um dos núcleos mais antigos do estado tendo sido povoada em torno de 1809 quando a função militarista deu lugar ao Posto Fiscal do estado, sua Orla só foi habitada cem anos depois a partir do início do século passado, por ocasião do surgimento do gosto por veranejar que, além das propriedades medicinais do "ar da praia" também levou as pessoas a procurar descanso e tranquilidade longe do tumulto da capital.

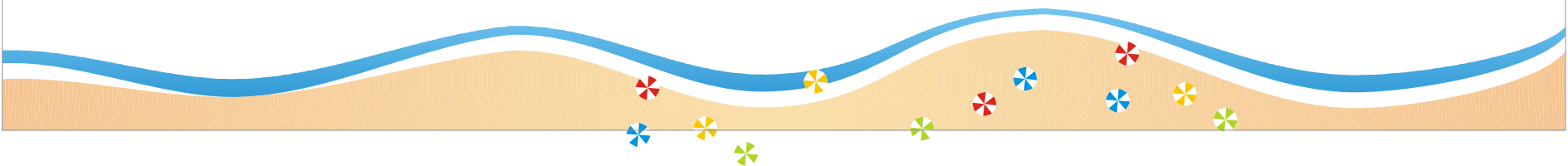


Pode-se estabelecer neste momento, a primeira função espacial deste local, que seria a de um núcleo de povoamento e de defesa da região.

Em 1820, inicia o surgimento do núcleo urbano através da edificação da Capela de São Domingos e em torno dela são erguidas algumas casas para sua pequena comunidade, marcando assim a primeira tentativa de pré-ordenamento de Torres, e tendo início o seu Processo de urbanização.



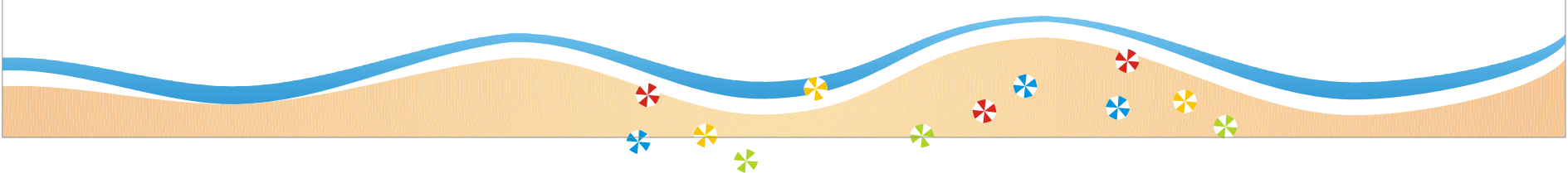
Por volta de 1910 vieram os primeiros grupos de veranistas, escolhendo como moradia a verde campina estendida entre o Hotel Picoral em direção ao mar, onde foram sendo construídos os primeiros chalés e onde mais tarde ergueram-se confortáveis residências de veraneio e os primeiros sobrados caracterizando a Praia do Meio ou Prainha como é mais conhecida, como o primeiro núcleo de veraneio tornando-se um referencial histórico do litoral gaúcho.



Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 é feita a fixação da barra do Rio Mampituba e a construção do calçadão da Praia Grande que margeia a orla, consolidando a barreira física divisória da avenida Beira Mar e a praia. A construção dos molhes no Rio Mampituba foi feita para facilitar o acesso dos barcos de pesca ao mar e trouxe uma nova realidade ambiental para a orla da cidade especialmente junto a Praia dos Molhes e Praia Grande, formando ao longo do tempo grande aporte de areia.

Com o incremento do turismo, dá-se a ocupação comercial da orla que restringe-se ao calçadão e a faixa de areia, visto que a legislação urbana proibia o amplo comércio ao longo da Av. Beira Mar. Esta ocupação se deu num núcleo ao sul da Praia Grande, um ponto junto aos Molhes e alguns restaurantes esparsos nas praias do sul e ao longo da foz do Rio Mampituba. Estes mesmos pontos permanecem até os dias de hoje demonstrando a existência de uma relativa organização e controle da ocupação destes espaços, sendo que ao longo da faixa de areia além dos ambulantes existem quiosques que permanecem somente na época da temporada, fazendo com que sua remoção propicie a recuperação do meio ambiente no período de inverno.

Conclui-se que a nossa principal atividade econômica é o turismo e o comércio correspondente. A atividade de maior tendência de crescimento é o turismo, gerando uma urgente necessidade de implantação de equipamentos de lazer e melhoria na infra-estrutura dos serviços que atendem a sazonalidade para acompanhar o vertiginoso aumento da procura pela segunda residência que compõe a população flutuante. Recentemente vem aumentando também a população fixa em decorrência da insegurança nos grandes centros urbanos, da implantação de uma universidade no município e da procura de trabalho de subsistência de populações carentes vindas de outros centros.



Deste ponto estendeu-se a ocupação em direção sul onde surgiu a Praia da Cal, cujas características em alguns pontos lembram a paisagem urbana da Prainha, bem como a ocupação das praias do sul de Torres. Mais tarde, em direção ao norte surge a Praia Grande onde a ocupação aconteceu mais lentamente em função das características ambientais, grandes dunas de areia fina que se movimentavam com muita rapidez chegando a encobrir as poucas casas existentes.

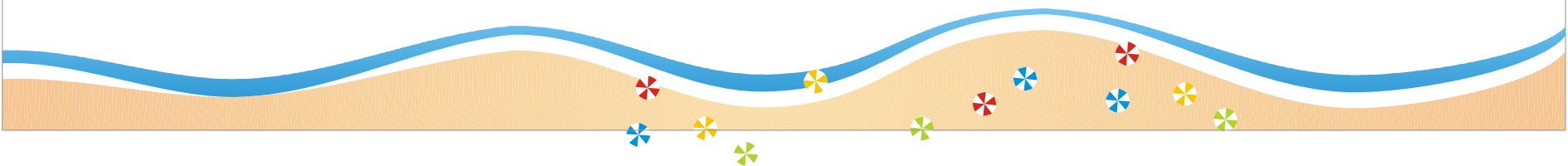
A partir dos anos 60 aparecem os primeiros indícios de verticalidade urbana na orla, fato que logo despertou preocupação e gerou a primeira intervenção urbana concreta. Esta regulamentação, que continha duas folhas dividindo a cidade em três zonas, conferiu à orla as características morfológicas que apresenta até os dias de hoje, mantendo junto a orla construções horizontalizadas.

As décadas de 30 e 40 caracterizam-se pela ampliação dos investimentos em transporte e infraestrutura contribuindo para a urbanização de Torres. As propagandas sobre Torres causaram a valorização imobiliária expandindo a construção de edifícios. A partir deste momento as transformações do espaço começam a ocorrer de forma cada vez mais rápida até os dias atuais. A maioria dos chalés e prédios daquela época, foram sendo substituídos gradativamente por edifícios, transformando a paisagem geográfica significativamente.

Nas décadas de 50 e 60, se intensifica a procura por casas e terrenos na orla marítima por uma parcela da sociedade mais abastada, pois o acesso ao litoral ainda era bastante demorado e precário, sendo possível o acesso a quem possuísse automóvel ou recursos para uma longa viagem de ônibus. Nessa época o turismo em Torres ainda não é massivo, sendo restrito a uma pequena parcela da população gaúcha.

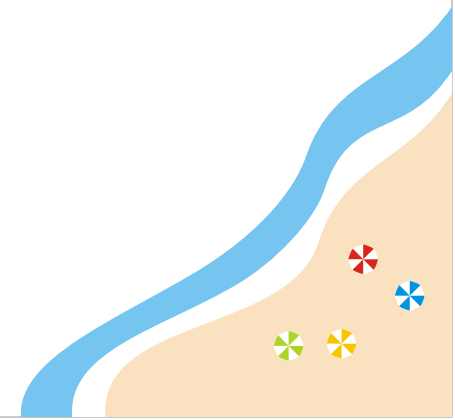
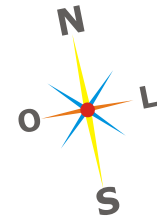
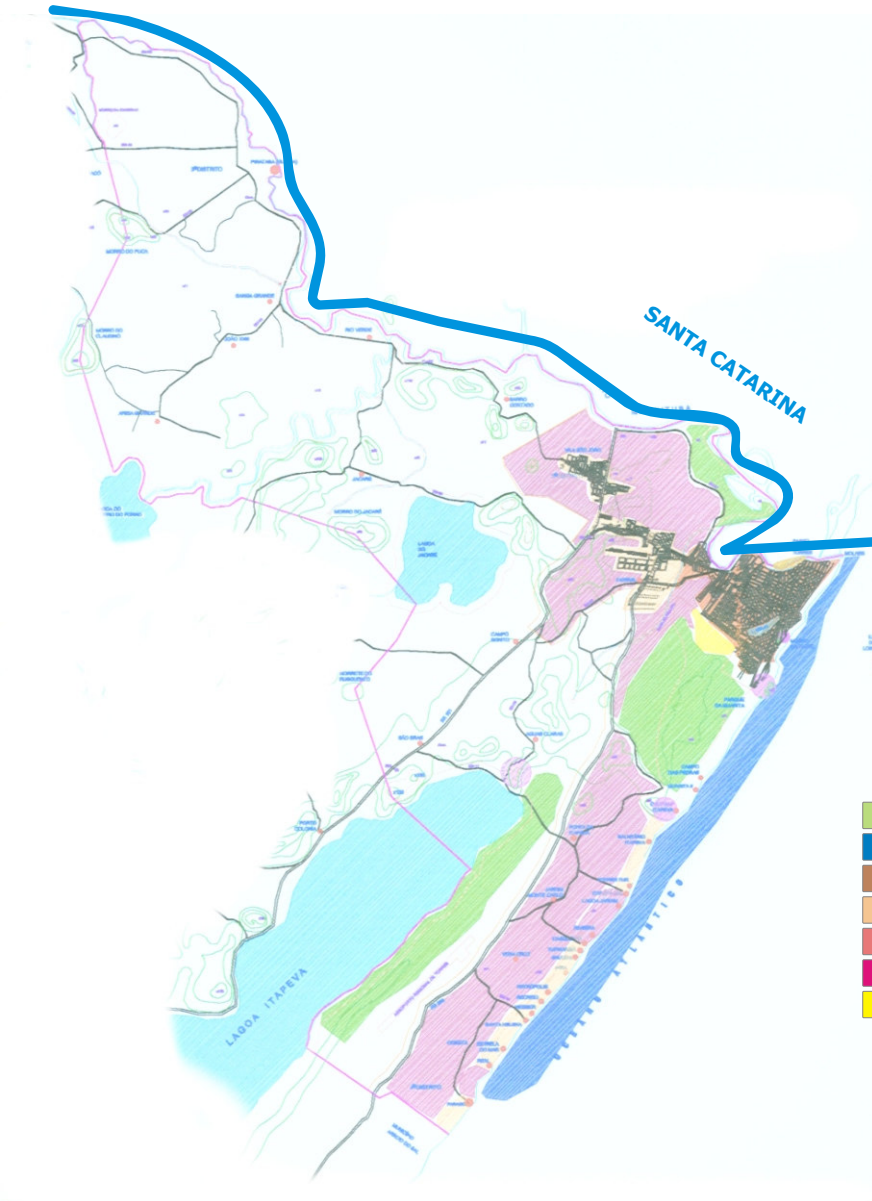
Em 1967 é inaugurada a Estação de Tratamento de Esgoto de Torres, uma obra super moderna para a época colocando Torres no cenário nacional.

Do topo da imponente fama de ser a mais bela praia, os veranistas descobrem a Guarita singela entre as imponentes Torre do Meio e Torre Sul, fazendo dela um reduto de veraneio distinto, enquanto as demais vão sendo ocupadas pelos veranistas oriundos de diversas localidades do estado e os turistas predominantemente Argentinos por todos os lugares. As questões cambiais nos anos 80, causam uma verdadeira invasão de turistas de países vizinhos em toda orla sul do Brasil tendo uma repercussão muito significativa em termos financeiros, mas efêmera quanto a duração e intensidade.

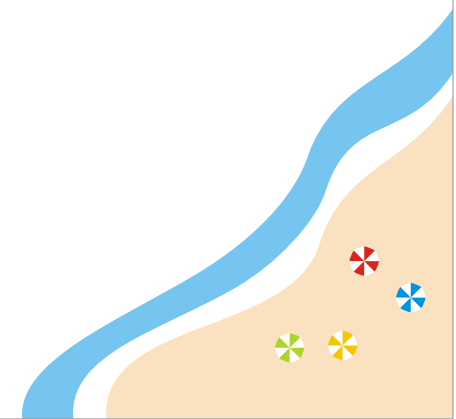
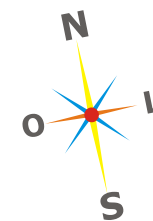
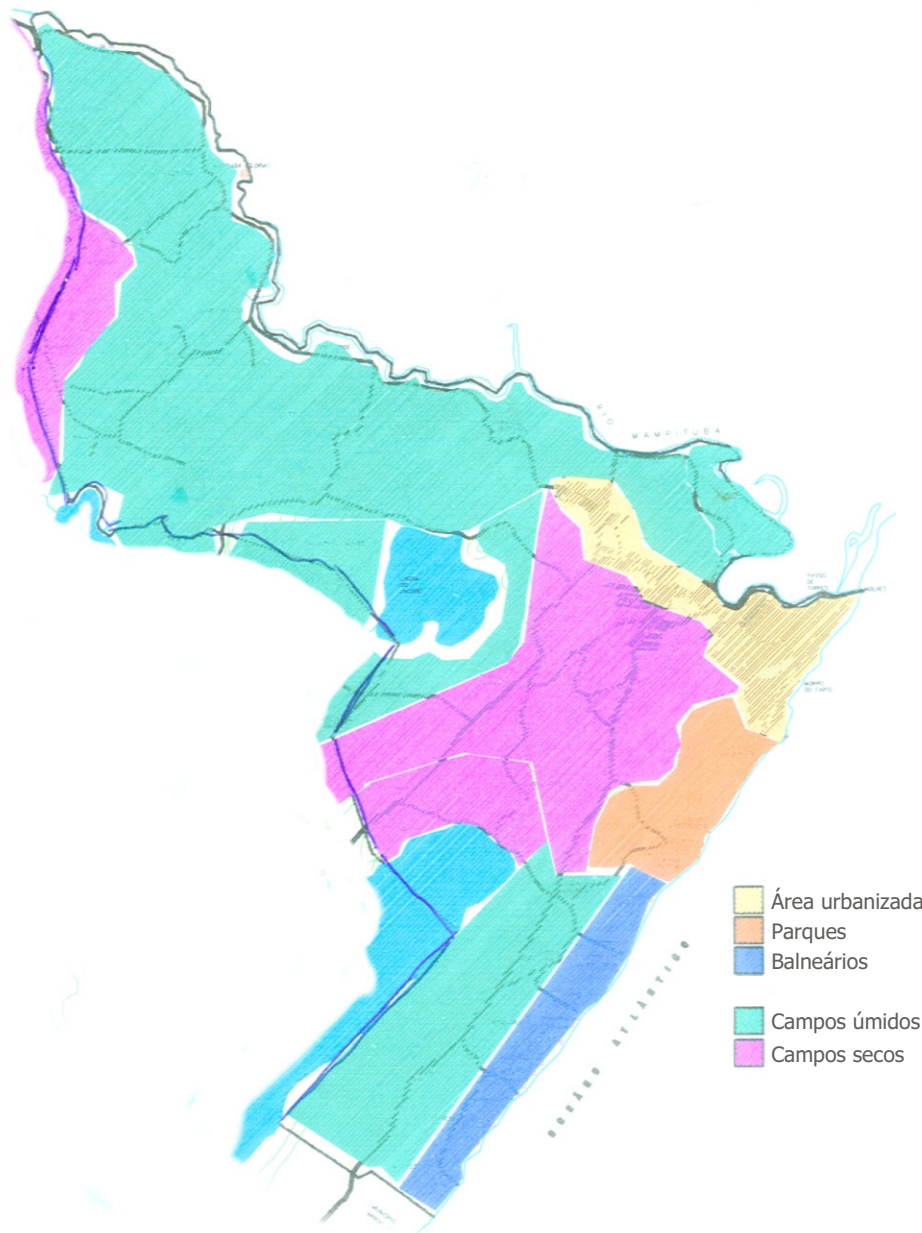


3.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

ELEMENTOS DEFINIDORES DA PAISAGEM



3.4 UNIDADES HOMOGÊNEAS DE PAISAGEM



4. A ORLA DE TORRES

4.1. ATRIBUTOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS

O Município de Torres possui aproximadamente 17km de orla, constituído desde os meandros do Rio Mampituba com seus marismas ao norte, passando pelos costões e morros rochosos basálticos entre praias arenosas, campos de dunas e continuando ao sul com um extenso trecho de praia linear e contínua em mar aberto com relevo plano. A presença de vegetação nativa com mata atlântica e de restinga só ocorre onde existem morros e dunas preservadas.

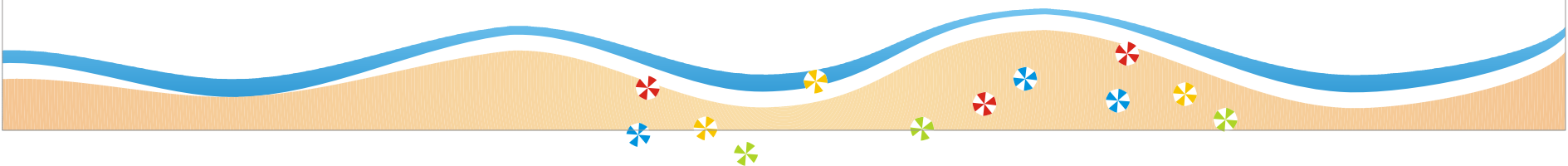
A morfodinâmica tem característica de regressão marinha com um intenso trabalho sedimentar, que em perfil serra geral-mar (oeste/leste), pode se observar 04 barreiras marinhas constituídas de paleodunas e consecutivas. A sede do município apresenta-se com os balneários consolidados e o restante em fase de consolidação com terrenos à beira mar, que não se encontram totalmente ocupados.

4.2. DEFINIÇÃO DA FAIXA DE ORLA PARA INTERVENÇÃO

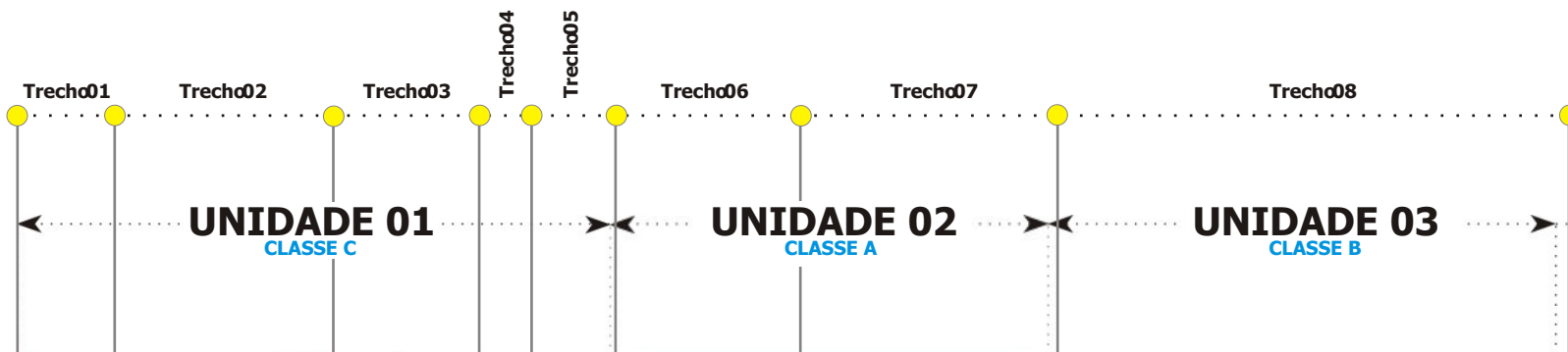
A área de intervenção foi definida tomando-se como base os parâmetros propostos pela metodologia do Projeto Orla, que prevê a faixa de 50 a 200 metros (para áreas urbanizadas ou não respectivamente), a partir da praia em direção a área urbanizada e, no mar até a isóbota de 10 metros.

Tendo em vista as características da orla, em alguns pontos a linha de orla penetra além dos 50 metros no continente, ultrapassando a LPM em função das áreas de interesses especiais (paisagístico, histórico, cultural e ambiental). Em outros pontos, a linha da orla não engloba a LPM por estar em área urbanizada e intensamente consolidada.

Em decorrência do diagnóstico optou-se por alterar os critérios do Projeto Orla no estabelecimento da linha que demarca a orla, incluindo a Ilha dos Lobos, apesar dela estar a uma distância e profundidade além da isóbata de 10 metros. Ela faz parte dos roteiros turísticos (passeios de barco), sendo ainda uma Unidade de Conservação, protegida por lei.



4.3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO / CLASSIFICAÇÃO



4.3.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DOS USOS DA ORLA

O aumento do número de turistas, da população flutuante e da população fixa de baixa renda vem gerando vários impactos de natureza ambiental e socioeconômica. Apesar do município possuir 100% do esgoto tratado, 100% de abastecimento de água, luz e coleta de lixo, o crescimento acelerado da ocupação urbana vem ocasionando sobrecarga dos serviços e equipamentos. Observam-se também processos erosivos, invasões em áreas de preservação, contaminação do lençol freático, exploração predatória dos recursos do mar, geração de lixo e muita pressão do comércio informal. Todos esses fatores, em área intensamente urbanizada, acabam gerando conflitos na orla.



4.3.2 CLASSIFICAÇÃO DA ORLA

Baseado na divisão apresentadas no item 4.3 a orla de Torres foi dividida em 3 unidades de paisagem e trechos como apresentado a seguir:

UNIDADE 01 - CLASSE C

Inicia nos meandros do rio Mampituba, no extremo norte da orla gaúcha, na altura da "ponte misteriosa", chega até o mar e finaliza na Praia da Cal.

Esta unidade foi classificada com C por apresentar urbanização consolidada e foi dividida em cinco trechos:

Trecho 01

Praia dos Molhes com extensão de 600m

Trecho 02

Praia Grande 1.200 m

Trecho 03

Praia do Meio - Prainha com extensão de 600m

Trecho 04

Morro do Farol com extensão de 400m

Trecho 05

Praia da Cal com extensão de 500m

UNIDADE 02 - CLASSE A

Inicia no Parque da Guarita, passa pelo Parque da Itapeva e finaliza na última ocorrência rochosa do litoral gaúcho. Esta unidade foi classificada como A por não apresentar ocupação urbana na orla e ainda manter preservadas as características originais do ambiente. Foi dividida em 02 trechos, porque um apresenta-se como pólo turístico e outro como unidade de conservação.

Trecho 06

Parque da Guarita - Praia da Guarita com extensão de 1200m

Trecho 07

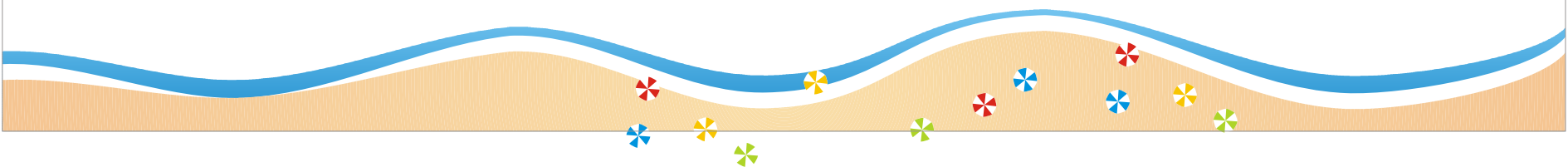
Parque da Itapeva - Praia da Itapeva com extensão de 4900m

UNIDADE 03 - CLASSE B

Inicia no limite sul do Parque da Itapeva e finaliza na divisa com o município de Arroio do Sal. Trata-se de uma unidade em fase de ocupação horizontal com presença de vazios urbanos classificada como B, possuindo um único trecho com as mesmas características de paisagem e ocupação.

Trecho 08

Praias do Sul de Torres, num total de 14 praias, com extensão de 7600m



4.3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS TRECHOS

TRECHO 1 - PRAIA DOS MOLHES

Caracterizado pela barra do rio Mampituba e parte da praia. Este trecho encontra-se totalmente urbanizado, sendo ocupado por bares, restaurantes, casas noturnas, clubes e construções horizontais e verticais, tanto de moradia fixa quanto de veraneio.

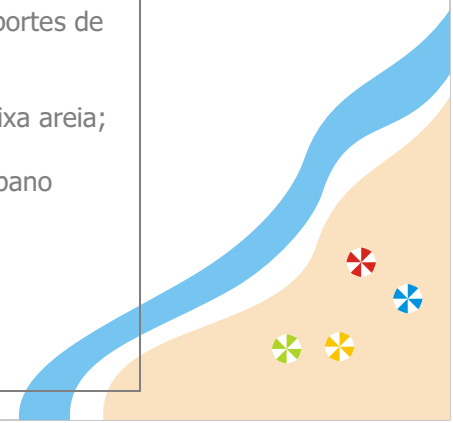
Área com atividades também de pesca artesanal, surf, saída de barcos, local de eventos como campeonatos, shows. Em termos ambientais, a fixação da barra está ocasionando muito aporte de areia causando uma regressão marinha, aumentando o campo de dunas frontais que avançam em dias ventosos para a parte urbanizada.

Neste trecho da praia existe 2 bares ocupando irregularmente as dunas e os restaurantes a beira-rio ocupando as margens impedindo o acesso da população em alguns pontos.

Dotado de toda a infraestrutura de serviços (água, luz, lixo, viária, hotelaria etc).

QUADRO SÍNTESE TRECHO 01: PRAIA DOS MOLHES

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Calçadão beira mar;- Trecho de praia junto a foz do rio Mampituba;- Existência de Molhes;- Aporte de areia em excesso;- Movimentação de embarcações;- Prática de surf e esportes náuticos;- Pesca esportiva e de subsistência;- Densidade populacional média;- Uso residencial;- Comércio sazonal de beira de praia intenso;- Comércio gastronômico intenso na extensão do trecho - praia e rio;- Local de grande concentração de jovens;	<ol style="list-style-type: none">1. Preservação do meio ambiente (dunas) X Manutenção do patrimônio construído2. Preservação do meio ambiente X Construções em APP3. Pesca X Surfe4. Preservação do meio ambiente (Dunas) X Trânsito de pedestres sobre as dunas5. Preservação do meio ambiente X Exploração econômica inadequada do potencial turístico6. Manutenção da qualidade paisagística natural X Poluição visual (equipamentos urbanos e publicitários)7. Manutenção da Balneabilidade X Lançamentos irregulares de resíduos	<ul style="list-style-type: none">- Atividades turísticas: esportivas, lazer, diversão e gastronomia;- Eventos e shows;- Eventos esportivos: surf, esportes de Areia, motonáutica e pesca;- Comércio sazonal sobre a faixa areia;- Comércio sobre o espaço urbano privado;- Comércio sazonal na orla;



TRECHO 2 - PRAIA GRANDE

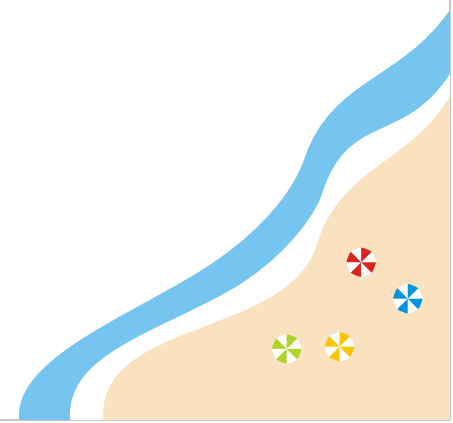
Este trecho inicia na altura da Rua Tiradentes e segue até o início das rochas basálticas na Praça Pinheiro Machado.

Está totalmente urbanizado. Em sua maior parte as dunas estão preservadas mas não fixadas invadindo o calçadão da Avenida Beira Mar e composto por construções horizontais ou até 3 pavimentos e próximo as Praças Pinheiro Machado e Claudino N. Pereira ocorre uma área mais agitada com presença de muitos bares e quiosques em cima do calçadão e junto as dunas é onde concentra o maior numero de banhistas e ocorre os maiores eventos.

Dotado de toda infraestrutura.

QUADRO SÍNTESE TRECHO 02: PRAIA GRANDE

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Calçadão beira mar;- Aporte de areia em excesso;- Impacto ambiental causado pela construção dos molhes;- Uso intenso por turistas / veranistas / "farofeiros" com todo tipo de esporte de beira de praia;- Quiosques e restaurantes sobre o calçadão invadindo a praia na parte mais ao sul do trecho;- Uso residencial;- Mar aberto;- Extensão 1200m;	<ol style="list-style-type: none">1. Preservação do meio ambiente (dunas) X Manutenção do patrimônio construído2. Preservação do meio ambiente X Construções em APP3. Preservação do meio ambiente (Dunas) X Disposição inadequada de resíduos na praia (sujeira)5. Manutenção da qualidade paisagística natural X Poluição visual (equipamentos urbanos e publicitários)6. Manutenção das características naturais X Poluição sonora7. Manutenção da Balneabilidade X Lançamentos irregulares de resíduos8. Pressão imobiliária X Ocupação de áreas públicas	<ul style="list-style-type: none">- Atividades turísticas: esportivas e lazer- Eventos esportivos sazonais - vôlei, futebol e demais esportes de areia- Comercial sobre espaço urbano privado- Comercial sazonal nas Orla



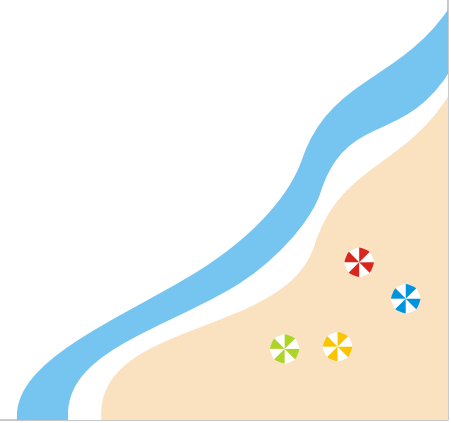
TRECHO 3 - PRAIA DO MEIO (PRAINHA)

Formada por uma pequena enseada entre a Praça Pinheiro Machado e o Morro do Farol. Trata-se do 1º núcleo de veraneio de Torres e tem característica histórica. Não possui dunas e a praia é totalmente rochosa no inverno e no verão apresenta faixa de areia entre as duas pontas. Possui avenida a beira mar e as construções são tipicamente residência de veraneio de porte médio horizontal. Pesca artesanal nos cantos opostos e extração excessiva de marisco da pedra.

É a única praia que possuía uma extensa área apanhada entre o calçadão e a praia por isso muito usada pela população local, no inverno para encontro com amigos e familiares ler jornal, tomar chimarrão. Também é usada pelos surfistas e no inverno é palco de grandes campeonatos de surf. Possui toda a infraestrutura de serviços e os quiosques só existem no verão sobre a faixa de areia.

QUADRO SÍNTESE TRECHO 03: PRAINHA

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Uso residencial;- Pousadas;- Altura limitada;- Construções de pequeno e médio porte;- Praia rochosa com ausência de dunas;- 0,7 Km (700m);- Orla exposta;- Média densidade;	<ol style="list-style-type: none">1. Manutenção das características naturais X Poluição sonora2. Identidade Local x Pressão imobiliária / Poluição Visual;3. Desenvolvimento Econômico x Preservação Ambiental;4. Infraestrutura Turística x Higiene, Alimentação, Limpeza Urbana, Segurança;5. Esportes radicais x usuários da orla;	<p>Turismo histórico;</p> <p>Lazer passivo, contemplativo e ativo: banho, esportes (surf, vôlei e vôo livre);</p> <p>Uso residencial para veraneio;</p> <p>Comercial temporário na faixa de areia;</p>



TRECHO 4 - MORRO DO FAROL

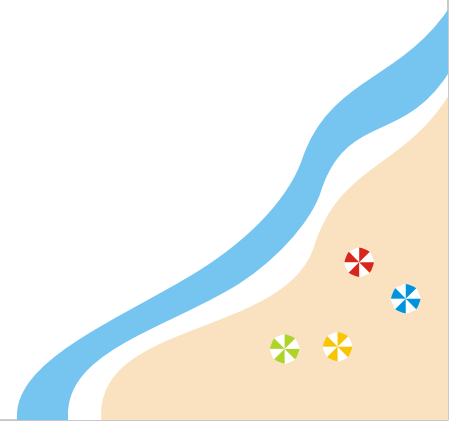
Caracterizado por um morro testemunho basáltico com paredões rochosos de 30.00 m de altura de frente para o mar. Possui no seu topo um farol antigo usado pelo Ibama e pesquisadores como observatório de animais marinhos da Ilha dos Lobos. Várias antenas transmissoras, caixa d'água que abastece a cidade, um colégio e possui acesso asfaltado. A vegetação nativa está preservada na encosta leste, no paredão e na costa sul, estando ocupado por residências em 80% de sua base. Toda a parte leste, sul e oeste são muito usadas para contemplação da Ilha, do Mar, da Lagoa do Violão, da cidade, do por do sol na serra geral e dos Parques da Itapeva com suas altas dunas e do Parque da Guarita com suas falésias basálticas de topos gramados e testemunhos rochosos.

A beira mar deste trecho é totalmente rochosa e possui uma trilha rente ao morro que dá acesso à Praia da Cal. Nesta trilha temos um santuário da Nossa Senhora Aparecida onde os fiéis colocam placas de agradecimentos.

Neste local ocorrem pesca artesanal e excessiva extração de mariscos. Não é usado por banhistas. Dotado de toda a infraestrutura.

QUADRO SÍNTESE TRECHO 04: MORRO DO FAROL

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Residencial;- Altura limitada;- Área de interesse paisagístico turístico;- Prática de esportes radicais: vôo livre;	<ol style="list-style-type: none">1. Extração de marisco x Proteção da fauna;2. Esporte radical x Uso dos recursos naturais;3. Práticas religiosas X Preservação do Meio ambiente;4. Manutenção da qualidade paisagística natural X Poluição visual5. Preservação do meio ambiente X Construções em APP;	<p>Turismo:</p> <ul style="list-style-type: none">- religioso;- esporte: vôo livre;- ambiental; <p>Extração sustentada do marisco</p>



TRECHO 5 - PRAIA DA CAL

Pequena enseada entre o Morro do Farol e o Parque da Guarita. Totalmente urbanizada não possuindo avenida ou rua a beira mar, com residências em frente ao calçadão. Dunas frontais degradadas, acesso de carros pelo calçadão. Residências na encosta sul do Morro do Farol.

No inverno diminui a faixa de praia e aumenta a exposição das rochas.

Possui serviços de coleta de lixo, esgoto, luz, água e intercala residência fixa e de veraneio.

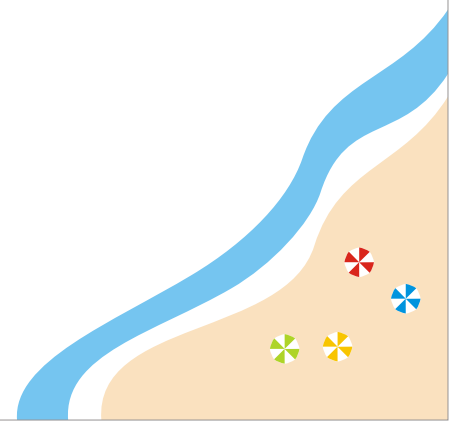
Fraca infraestrutura turística. Não existe ocorrência de hotel, somente pequenos e simples campings com pousadas.

Área de surf, de pesca artesanal e extração excessiva de marisco da pedra.

É um intenso corredor turístico entre o centro da cidade e o Parque da Guarita tanto pela faixa de praia pelos pedestres e ciclistas quanto pelas ruas com o turista motorizado.

Alto fluxo de banhistas pelo acesso sul oriundos dos bairros à oeste do Parque da Guarita gerando ocupação excessiva.

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Enseada entre dois costões;- Ausência de duna frontal;- Calçadão beira mar;- Pequena enseada;	<ol style="list-style-type: none">1. Trânsito de veículos / Bicicletas no calçadão X Segurança dos pedestres2. Pesca X Surfe3. Acessos a garagens X calçadão4. Preservação de áreas protegidas (APP) X Uso privado5. Extração de marisco X Preservação da fauna6. Animais domésticos na praia X Segurança e saúde dos banhistas7. Disposição inadequada de resíduos de construção (entulhos) X preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none">- Residencial de veraneio e moradores- Turismo- Pousadas



TRECHO 6 - PARQUE DA GUARITA - PRAIA DA GUARITA

Situado entre a Praia da Cal e o início do Parque da Itapeva, engloba o Parque da Guarita que é composto pela Torre do Meio ou Morro das Furnas, com falésias verticais à beira mar e topo coberto com gramíneas nativas.

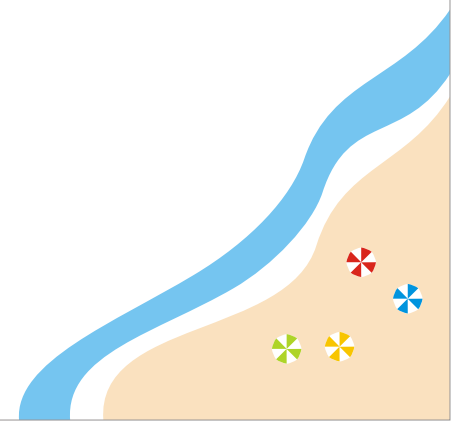
Praia da Guarita com um testemunho rochoso e torre sul, outro morro coberto de vegetação nativa com falésias de frente para o mar.

O Parque da Guarita possui 01 horto, 01 restaurante, 01 bar, estacionamento, banheiros públicos e trilhas turísticas.

Ao sudoeste próximo desse trecho, temos uma ocupação irregular em faixa de dunas - invasão de aproximadamente 500 famílias de baixa renda, que vivem da pesca e catação de conchas e mariscos desenvolvida de forma predatória, e carroceiros que vivem da catação de lixos recicláveis. Esgoto e lixo no sangradouro e nas dunas a beira mar no início da Praia de Fora (área esta de 200 m de orla que se insere entre os parques da Guarita e de Itapeva, apresentando alto grau de degradação de área de preservação permanente).

QUADRO SÍNTESE TRECHO 06: PARQUE DA GUARITA - PRAIA DA GUARITA

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Parque turístico: esportes e eventos;- Costões rochosos basálticos - falésias;- Pequena enseada;- Invasões de áreas privadas;- Extensão 1200 m;	<ul style="list-style-type: none">Expansão do turismo X Manutenção da qualidade paisagísticaExpansão do turismo X Preservação ambientalTrânsito de veículos X Segurança de pedestresManutenção das características naturais X Construções em Área de Preservação Ambiental	<p>Parque Turístico Ecológico com infra-estrutura para sua auto – sustentabilidade;</p>



TRECHO 7 - PARQUE DA ITAPEVA

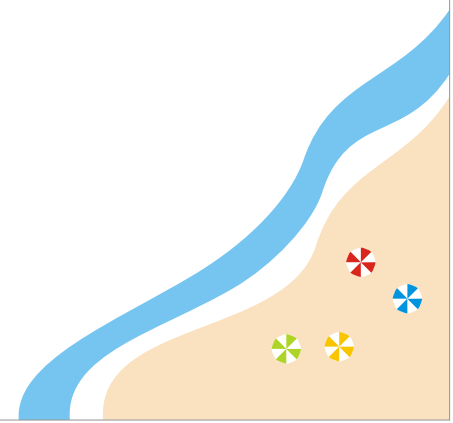
O Parque Estadual da Itapeva foi recentemente criado, mas ainda não implantado. Representa a ultima área que preserva as características típicas ambientais de paisagem do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Contém o perfil leste oeste com o mar, a faixa de areia (praia) campo de dunas, mata de restinga e paludal, campos, lagos e dunas secundarias. Forte beleza cênica. Algumas ocupações irregulares.

Inserido entre as duas últimas formações rochosas do litoral gaúcho que avançam para mar formando praia arenosa linear.

QUADRO SÍNTESE TRECHO 07: PARQUE DA ITAPEVA

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Praia linear em mar aberto, continua entre duas pontas rochosas;- Campo de Dunas ;- Vegetação de Restinga ;- Mata Atlântica;- Uso intenso de pesca e lazer;- Trânsito de veículos intenso ao logo da faixa de praia;- Orla não urbanizada de interesse especial;- Extensão 3900 m;	<ul style="list-style-type: none">Trânsito de veículos X Segurança de pedestresTráfego de veículos pesados X Preservação do meio ambienteComércio irregular X Preservação ambientalPesca X descumprimento da legislação	<ul style="list-style-type: none">Preservação do meio ambiente



TRECHO 8 - PRAIAS DO SUL DE TORRES

Orla aberta, linear e contínua com praias arenosas e geomorfologicamente planas.

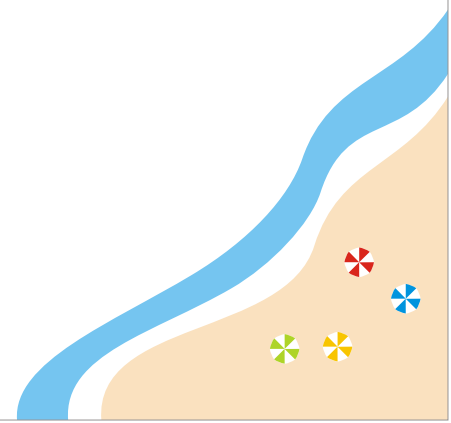
Cada loteamento é considerado uma praia. O trecho apresenta baixa densidade e sua ocupação é tipicamente de veraneio (segunda residência).

Apresenta ainda, dunas frontais preservadas na maior parte da orla. Alguns loteamentos irregulares. Sem infraestrutura de água e esgoto. Alguns sangradouros contaminados. Alta pressão de ocupação. Excesso de lixo da construção civil. Sem infraestrutura de turismo e lazer. Alguns vazios urbanos.

Quiosques em dunas frontais ao longo da orla.

QUADRO SÍNTESE TRECHO 08: PRAIAS DO SUL DE TORRES

CONFIGURAÇÃO LOCAL/USO	CONFLITOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Praias lineares contínuas;- Ocupação ao longo da orla com alguns vazios urbanos;- Av. e ruas à Beira Mar descontínuas ;- Uso intenso de veraneio, pesca e lazer;- Trânsito de veículos intenso ao longo da faixa de praia;- Prática de esportes ao longo da orla: futebol, surf, vôlei, etc;- Extensão 8000 m,	<ul style="list-style-type: none">Trânsito de veículos X Segurança de pedestresTráfego de veículos pesados X Preservação do meio ambienteComércio irregular X Preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none">- Turística com atividades de lazer e esportiva;- Comportar grande fluxo de veraneio;- Comporta equipamentos turísticos que necessitem de grandes áreas: Parque temáticos, aquáticos e ecológicos;



5.0 CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA

A seguir cada trecho é analisado segundo os parâmetros ambientais, sociais e econômicos, com a finalidade de subsidiar a elaboração de cenários atuais, de tendência e desejáveis/possíveis.

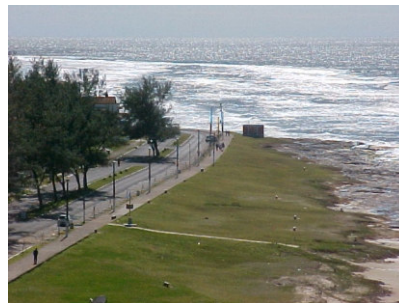
TRECHO 01



TRECHO 02



TRECHO 03



TRECHO 04



TRECHO 05



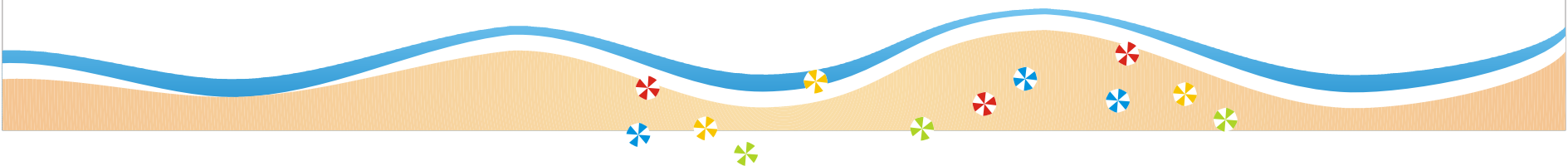
TRECHO 06



TRECHO 07



TRECHO 08



5.1 QUADROS DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS SOCIAIS E ECONÔMICOS

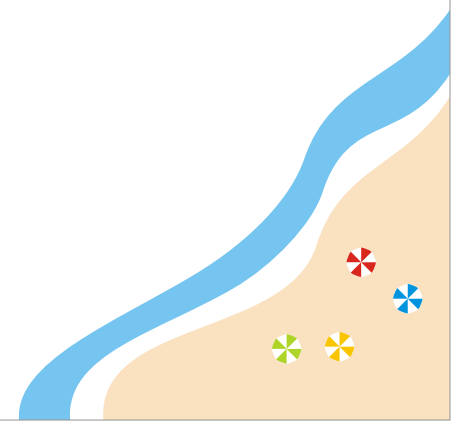
	PARÂMETROS AMBIENTAIS	ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	C	C	C
2	Valores cênicos	C	C	B
3	Integridade dos ecossistemas	B	C	B
4	Fragilidade dos ecossistemas	C	C	B
5	Presença de Unidades de Conservação	C	C	B
6	Condição de Balneabilidade	B	C	A
7	Degradação ambiental	C	C	A
8	Presença de efluentes (linguas negras)	A	A	A
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	A	A
10	Presença de construções irregulares	A	B	A
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	A	A	A
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	C	C	C
17	Concentração de domicílios de veraneio	C	C	B
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	C	C	C
19	Cobertura urbana ou urbanização	B	C	B
20	Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	C	C	C
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24	Formas de acesso	C	C	C
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	B	C	B
26	Uso agrícola	-	-	-
27	Uso para extração vegetal	-	-	-
28	Uso dos recursos pesqueiros	C	C	C
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	A	A	A
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	C	C	C

TRECHO 01: PRAIA DOS MOLHES



PARÂMETROS AMBIENTAIS		ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	C	C	B
2	Valores cênicos	C	C	B
3	Integridade dos ecossistemas	B	C	B
4	Fragilidade dos ecossistemas	B	C	C
5	Presença de Unidades de Conservação	C	C	C
6	Condição de Balneabilidade	B	C	A
7	Degradação ambiental	C	C	B
8	Presença de efluentes (linguas negras)	A	A	A
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	A	A
10	Presença de construções irregulares	A	A	A
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	-	-	-
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	C	C	C
17	Concentração de domicílios de veraneio	C	C	A
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	B	C	C
19	Cobertura urbana ou urbanização	C	C	B
20	Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	C	C	C
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24	Formas de acesso	C	C	C
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	B	C	B
26	Uso agrícola	-	-	-
27	Uso para extração vegetal	-	-	-
28	Uso dos recursos pesqueiros	-	-	-
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	-	-	-
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	C	C	C

TRECHO 02: PRAIA GRANDE



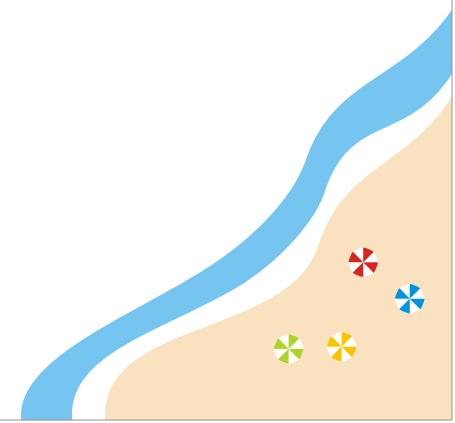
PARÂMETROS AMBIENTAIS		ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	C	C	B
2	Valores cênicos	B	B	B
3	Integridade dos ecossistemas	B	C	B
4	Fragilidade dos ecossistemas	A	A	A
5	Presença de Unidades de Conservação	C	C	C
6	Condição de Balneabilidade	B	B	B
7	Degradação ambiental	A	A	A
8	Presença de efluentes (linguas negras)	B	B	B
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	A	A
10	Presença de construções irregulares	A	A	A
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	-	-	-
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	C	C	C
17	Concentração de domicílios de veraneio	C	C	C
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	B	B	B
19	Cobertura urbana ou urbanização	B	B	B
20	Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	C	C	C
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24	Formas de acesso	C	C	C
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	C	C	C
26	Uso agrícola	-	-	-
27	Uso para extração vegetal	-	-	-
28	Uso dos recursos pesqueiros	-	-	-
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	-	-	-
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	A	A	A

TRECHO 03: PRAINHA



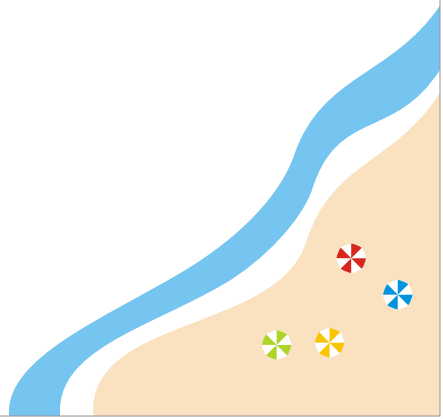
PARÂMETROS AMBIENTAIS		ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	B	C	B
2	Valores cênicos	B	C	B
3	Integridade dos ecossistemas	B	B	B
4	Fragilidade dos ecossistemas	B	B	B
5	Presença de Unidades de Conservação	C	C	B
6	Condição de Balneabilidade	B	B	B
7	Degradação ambiental	B	C	B
8	Presença de efluentes (línguas negras)	B	B	B
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	A	A
10	Presença de construções irregulares	B	C	B
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	-	-	-
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	C	C	C
17	Concentração de domicílios de veraneio	C	C	C
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	A	A	A
19	Cobertura urbana ou urbanização	A	A	A
20	Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	C	C	C
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24	Formas de acesso	C	C	C
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	C	C	C
26	Uso agrícola	-	-	-
27	Uso para extração vegetal	-	-	-
28	Uso dos recursos pesqueiros	-	-	-
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	-	-	-
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	A	A	A

TRECHO 04: MORRO DO FAROL



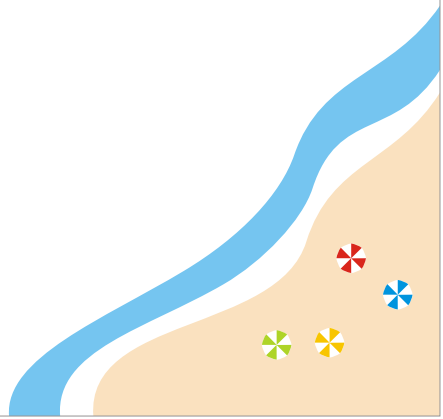
PARÂMETROS AMBIENTAIS		ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	C	C	C
2	Valores cênicos	B	B	B
3	Integridade dos ecossistemas	B	C	C
4	Fragilidade dos ecossistemas	A	A	A
5	Presença de Unidades de Conservação	C	C	C
6	Condição de Balneabilidade	B	C	A
7	Degradação ambiental	B	C	A
8	Presença de efluentes (linguas negras)	B	C	A
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	B	A
10	Presença de construções irregulares	A	B	A
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	-	-	-
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	C	C	C
17	Concentração de domicílios de veraneio	C	C	C
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	B	C	B
19	Cobertura urbana ou urbanização	C	C	C
20	Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	C	C	C
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24	Formas de acesso	C	C	C
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	B	C	B
26	Uso agrícola	C	C	C
27	Uso para extração vegetal	C	C	C
28	Uso dos recursos pesqueiros	-	-	-
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	-	-	-
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	B	B	B

TRECHO 05: PRAIA DA CAL



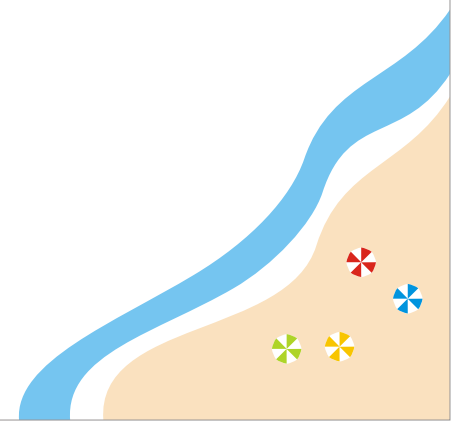
PARÂMETROS AMBIENTAIS		ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	A	A	A
2	Valores cênicos	A	A	A
3	Integridade dos ecossistemas	A	B	C
4	Fragilidade dos ecossistemas	A	A	A
5	Presença de Unidades de Conservação	A	A	A
6	Condição de Balneabilidade	B	B	A
7	Degradação ambiental	A	B	A
8	Presença de efluentes (linguas negras)	A	B	A
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	B	A
10	Presença de construções irregulares	A	A	A
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	-	-	-
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	C	C	C
17	Concentração de domicílios de veraneio	A	A	A
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	A	A	A
19	Cobertura urbana ou urbanização	A	A	A
20	Domicílios servidos por água (%)	C	C	C
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	A	A	C
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	C	C	C
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24	Formas de acesso	C	C	C
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	A	A	A
26	Uso agrícola	-	-	-
27	Uso para extração vegetal	-	-	-
28	Uso dos recursos pesqueiros	-	-	-
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	-	-	-
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	A	A	A

TRECHO 06: PRAIA DA GUARITA



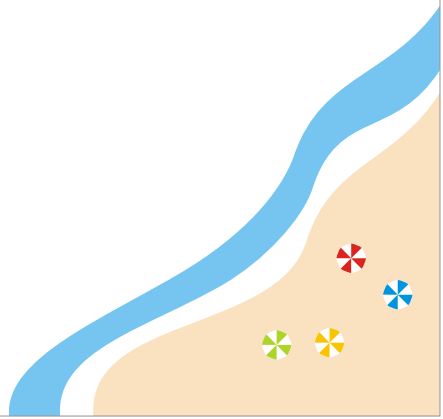
PARÂMETROS AMBIENTAIS		ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	A	A	A
2	Valores cênicos	A	A	A
3	Integridade dos ecossistemas	A	B	A
4	Fragilidade dos ecossistemas	A	A	A
5	Presença de Unidades de Conservação	A	A	A
6	Condição de Balneabilidade	A	B	A
7	Degradação ambiental	A	B	A
8	Presença de efluentes (linguas negras)	A	B	A
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	B	A
10	Presença de construções irregulares	A	A	A
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	-	-	-
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	-	-	-
17	Concentração de domicílios de veraneio	-	-	-
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	A	A	A
19	Cobertura urbana ou urbanização	-	-	-
20	Domicílios servidos por água (%)	-	-	-
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	-	-	-
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	-	-	-
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	-	-	-
24	Formas de acesso	A	A	A
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	-	-	-
26	Uso agrícola	-	-	-
27	Uso para extração vegetal	-	-	-
28	Uso dos recursos pesqueiros	-	-	-
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	-	-	-
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	A	A	A

TRECHO 07: PARQUE DA ITAPEVA



PARÂMETROS AMBIENTAIS		ATUAL	TENDÊNCIA	DESEJADO
1	Cobertura vegetal nativa (%)	B	C	B
2	Valores cênicos	B	C	B
3	Integridade dos ecossistemas	B	C	A
4	Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
5	Presença de Unidades de Conservação	C	C	A
6	Condição de Balneabilidade	A	C	A
7	Degradação ambiental	A	C	A
8	Presença de efluentes (linguas negras)	A	C	A
9	Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
10	Presença de construções irregulares	A	C	A
11	Potencial para aproveitamento mineral	-	-	-
12	Aptidão agrícola	-	-	-
13	Potencial de extração vegetal	-	-	-
14	Potencial pesqueiro	-	-	-
15	Aptidão para manicultura	-	-	-
PARÂMETROS SOCIAIS				
16	Presença de comunidades tradicionais	C	C	B
17	Concentração de domicílios de veraneio	C	A	B
18	Infra-estrutura de lazer/turismo	-	C	B
19	Cobertura urbana ou urbanização	-	C	B
20	Domicílios servidos por água (%)	-	A	C
21	Domicílios com serviço de esgoto (%)	-	A	C
22	Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	A	C	C
23	Domicílios servidos por energia elétrica (%)	C	C	C
24	Formas de acesso	A	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS				
25	Pressão imobiliária	B	C	A
26	Uso agrícola	-	-	-
27	Uso para extração vegetal	-	-	-
28	Uso dos recursos pesqueiros	-	-	-
29	Uso para maricultura	-	-	-
30	Uso para tráfego aquaviário ou pontuário	-	-	-
31	Uso industrial	-	-	-
32	Aproveitamento mineral	-	-	-
33	Atividades petrolíferas	-	-	-
34	Atividades turísticas	B	C	C

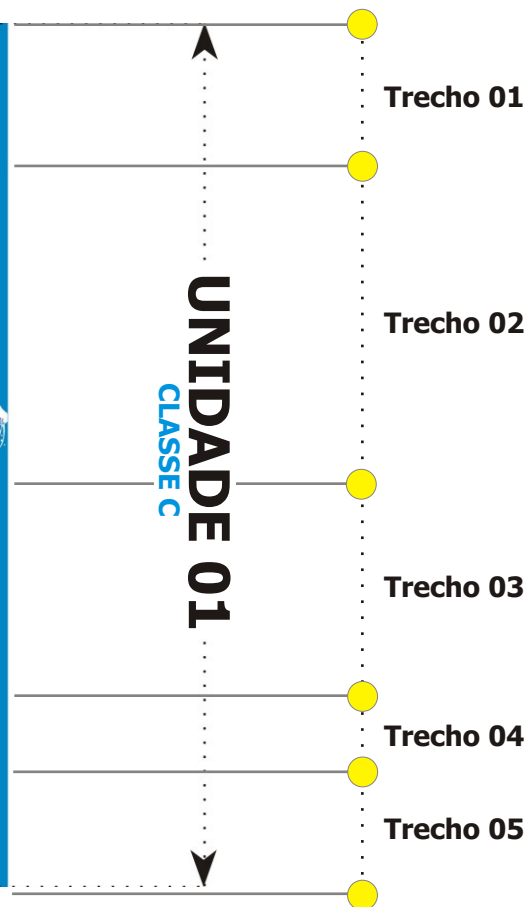
TRECHO 08: PRAIAS DO SUL DE TORRES



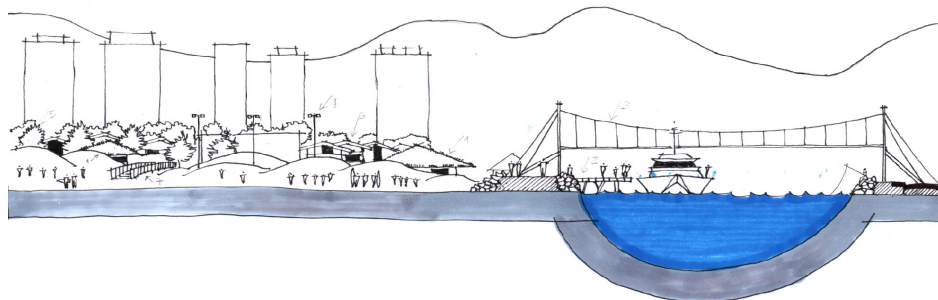
5.2 PERFIS DA ORLA

A seguir foram traçados perfis para todos os trechos da Orla com o objetivo de visualizar a situação atual, os conflitos existentes e seus problemas, a tendência de desenvolvimento e a situação possível desejada.

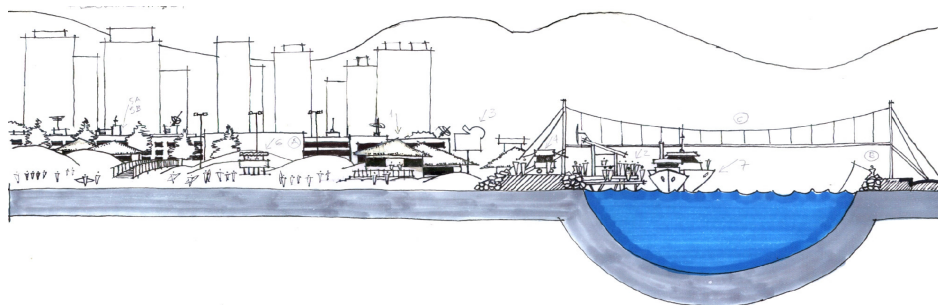
UNIDADE 01



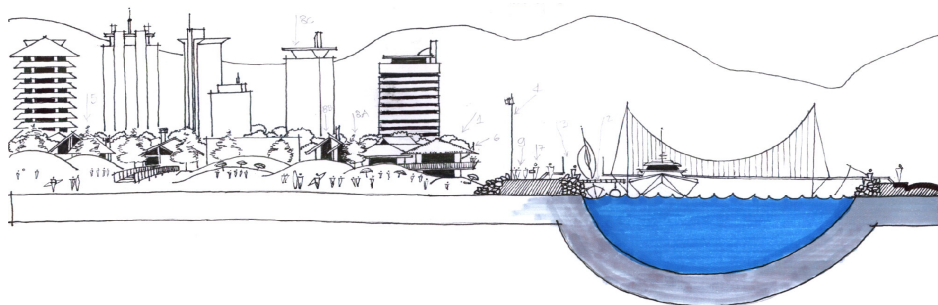
PERFIS DA ORLA TRECHO 01: PRAIA DOS MOLHES - RIO MAMPITUBA



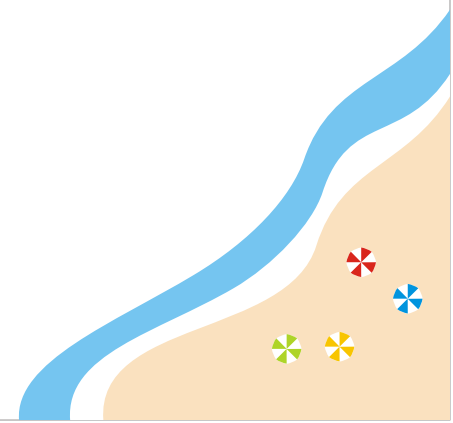
SITUAÇÃO ATUAL



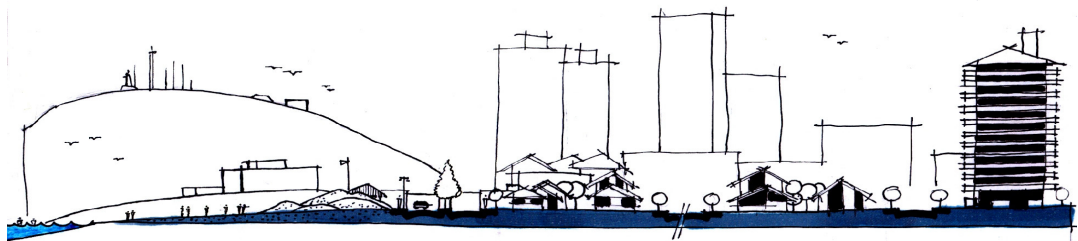
TENDÊNCIA



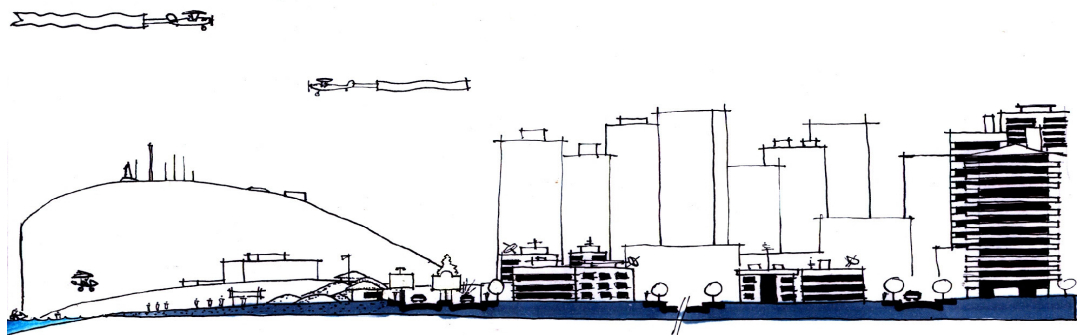
SITUAÇÃO DESEJADA



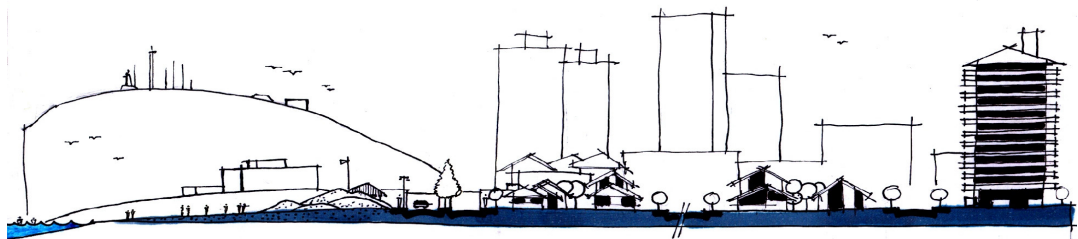
PERFIS DA ORLA TRECHO 02: PRAIA GRANDE



SITUAÇÃO ATUAL



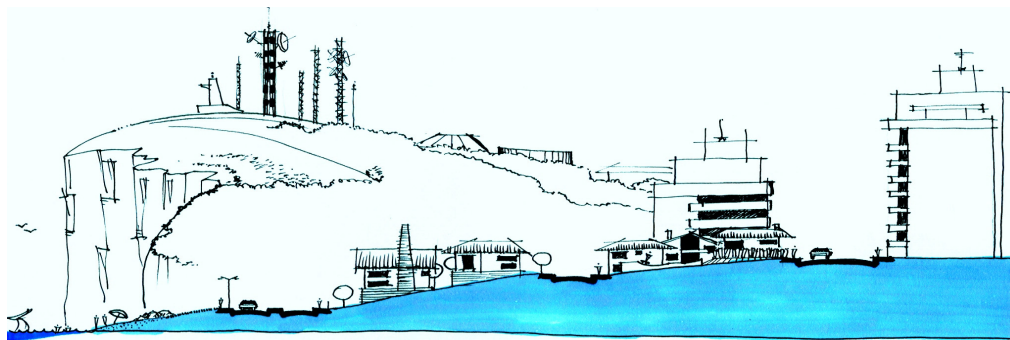
TENDÊNCIA



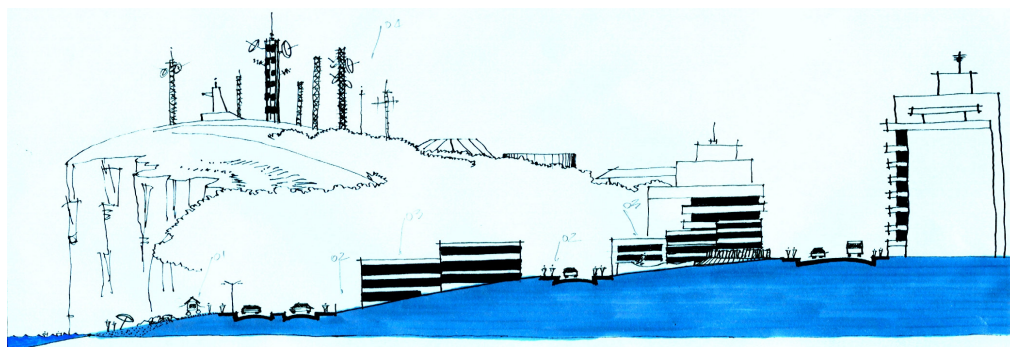
SITUAÇÃO DESEJADA



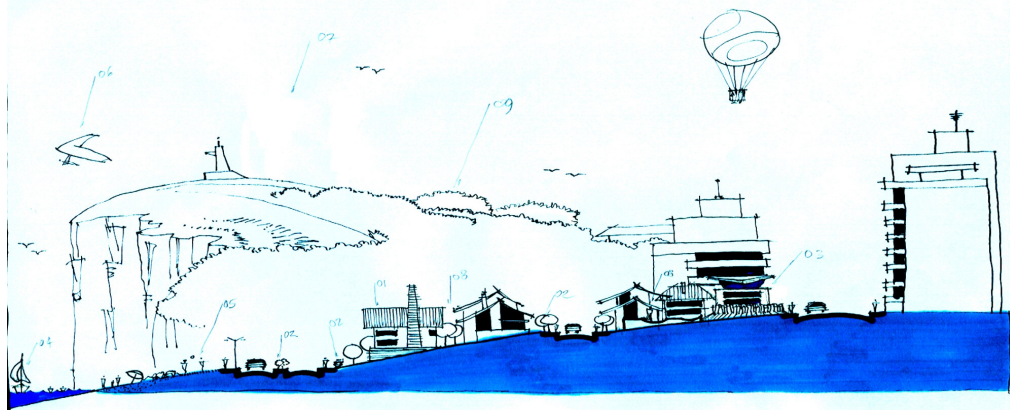
PERFIS DA ORLA TRECHO 03: PRAINHA



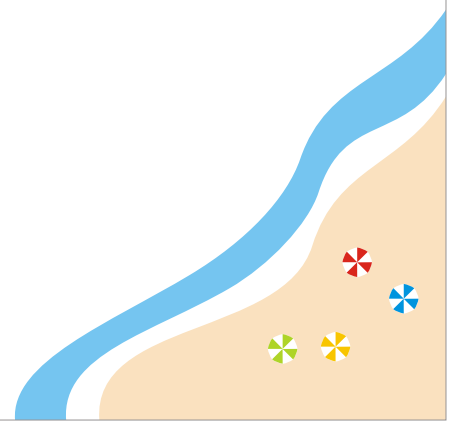
SITUAÇÃO ATUAL



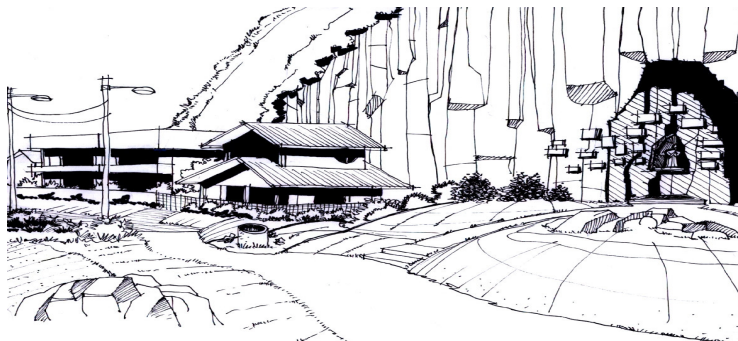
TENDÊNCIA



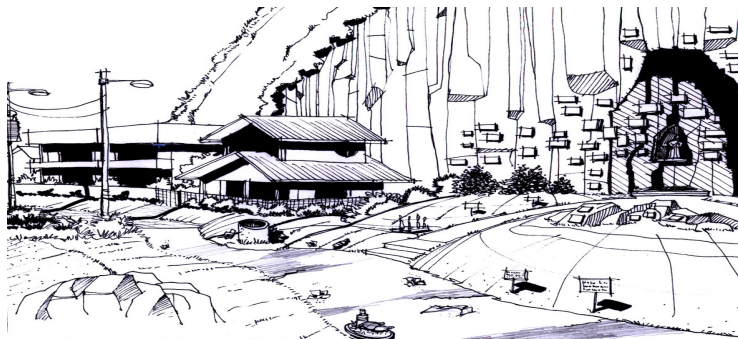
SITUAÇÃO DESEJADA



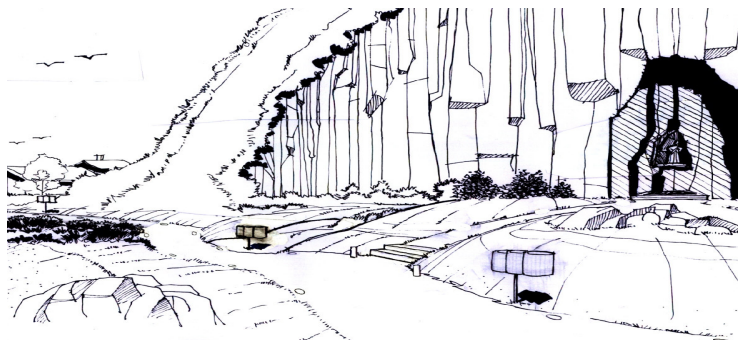
PERFIS DA ORLA TRECHO 04: MORRO DO FAROL



SITUAÇÃO ATUAL



TENDÊNCIA



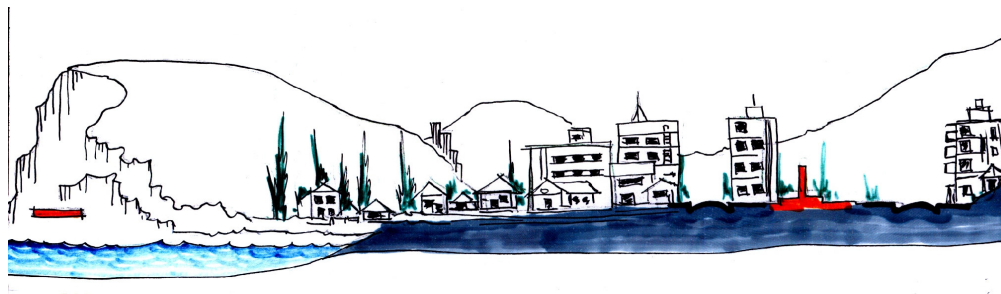
SITUAÇÃO DESEJADA



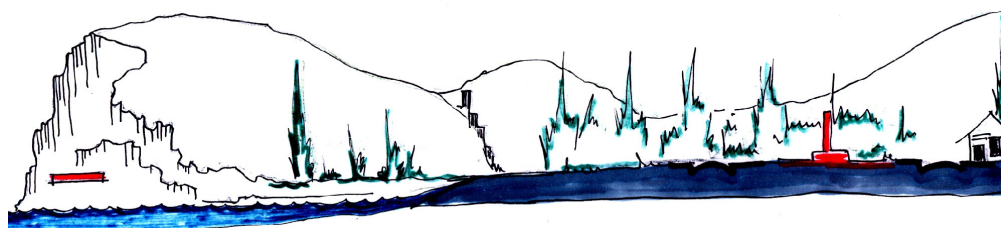
PERFIS DA ORLA TRECHO 05: PRAIA DA CAL



SITUAÇÃO ATUAL



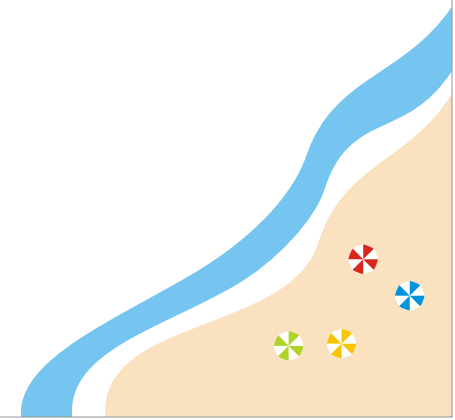
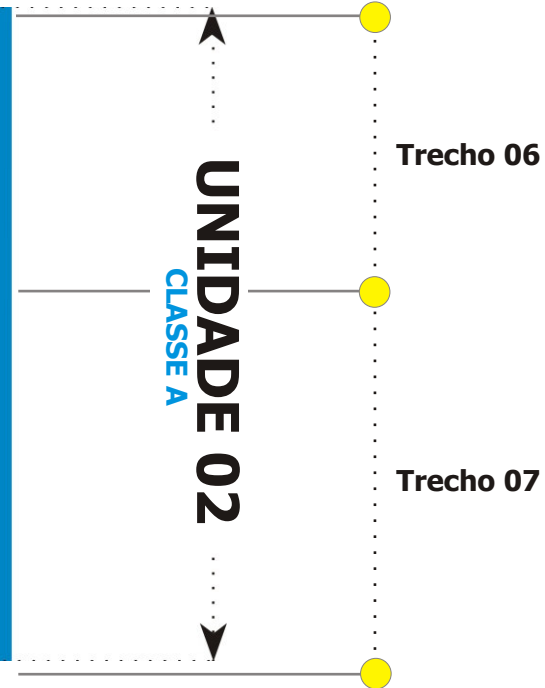
TENDÊNCIA



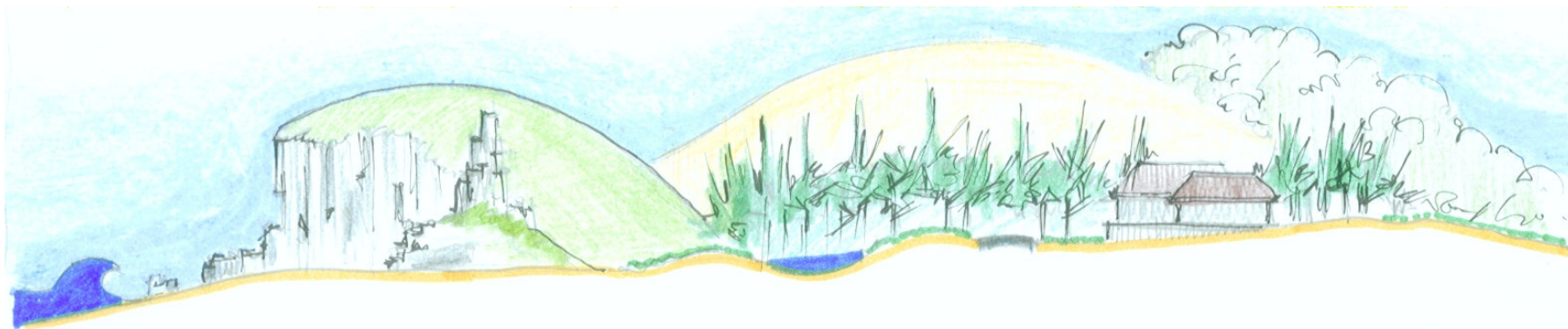
SITUAÇÃO DESEJADA



UNIDADE 02



PERFIS DA ORLA TRECHO 06: PRAIA DA GUARITA - PARQUE DA GUARITA



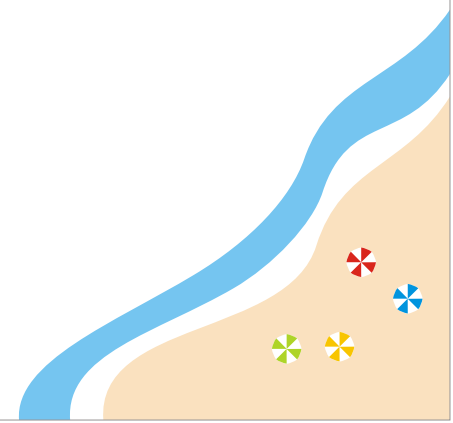
SITUAÇÃO ATUAL

TENDÊNCIA

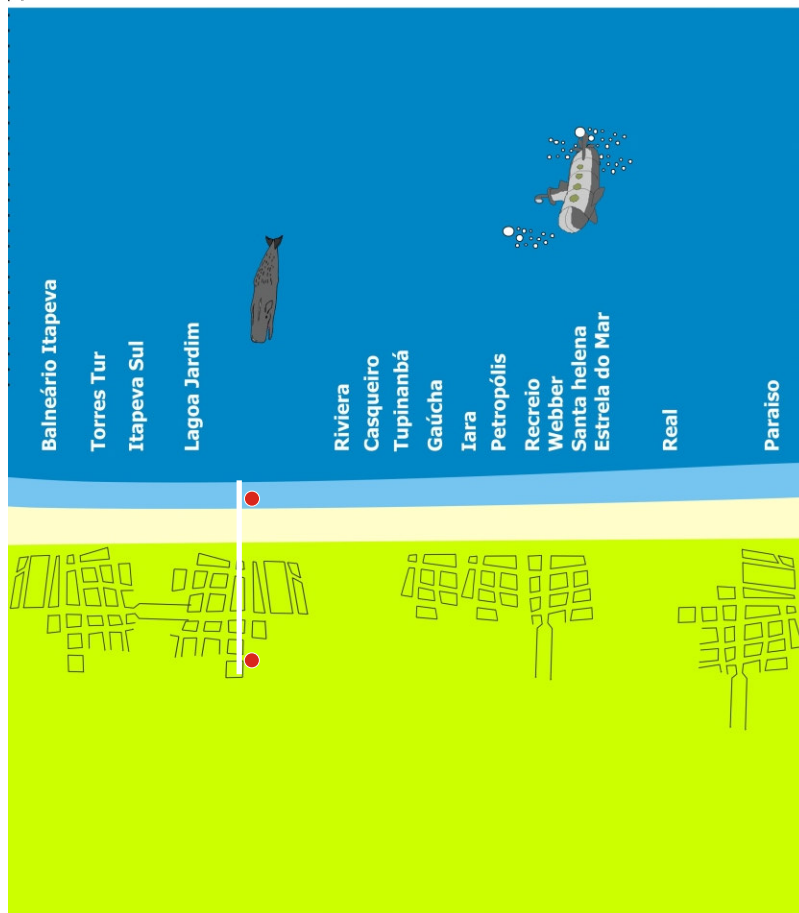
SITUAÇÃO DESEJADA



PERFIS DA ORLA TRECHO 07: PARQUE DA ITAPEVA



UNIDADE 03



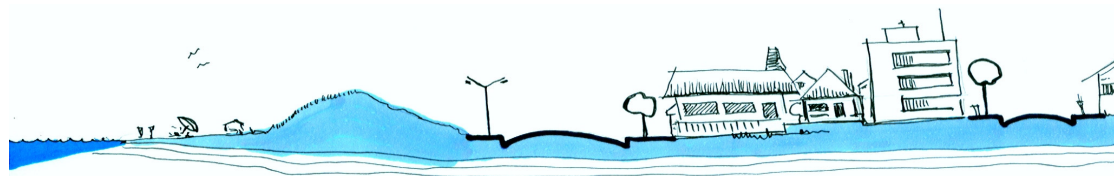
UNIDADE 03

CLASSE B

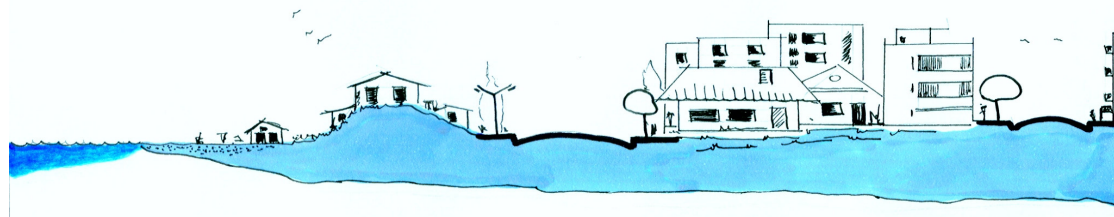
Trecho08



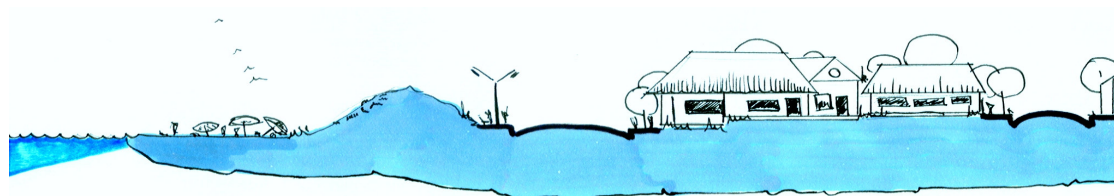
PERFIS DA ORLA TRECHO 08: PRAIAS DO SUL DE TORRES



SITUAÇÃO ATUAL



TENDÊNCIA



SITUAÇÃO DESEJADA

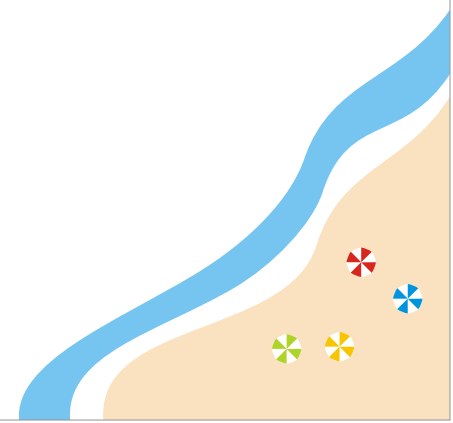


6.0 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS

O conhecimento dos conflitos e potenciais existentes na orla é fundamental para a proposição de intervenções, uma vez que os mesmos são os geradores de problemas que produzem impactos sobre o ambiente e exigem ações para a sua solução. Portanto, identificar os conflitos, as atividades geradoras, os atores envolvidos e a legislação que pode contribuir para a sua solução é um procedimento chave na elaboração do Plano de Intervenção da Orla, estando apresentados no QUADRO SÍNTESE abaixo para cada trecho.

Exercício 01: Trecho nº 01 - PRAIA DOS MOLHES e RIO MAMPITUBA

Conflitos Existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
Preservação do meio ambiente (dunas) X Manutenção do patrimônio construído	Construção dos molhes Fluxo sobre as dunas	Pescadores, surfistas, usuários e moradores	Gov. Federal, Associações, FEPAM, Prefeitura, Marinha	Legislação ambiental: Federal e Estadual
. Preservação do meio ambiente X Construções em APP	Comerciais e turísticas	Comerciantes e turistas	Prefeitura, FEPAM, Patrimônio da União e Associações Comitês, Marinha	Legislação Federal e Estadual
Pesca X Surfe	A prática de um pôe em risco a outra atividade	Surfistas e pescadores	Associações e Prefeitura Municipal	Legislação de delimitação das áreas
Preservação do meio ambiente (Dunas) X Trânsito de pedestres sobre as dunas	Caminhada de pessoas sobre as dunas	Turistas e veranistas e usuários em geral	FEPAM e Prefeitura Municipal	Plano de manejo das dunas
Preservação do meio ambiente X Exploração econômica inadequada do potencial turístico	Infra estrutura Turística precária	Usuários consumidores e comerciantes	Prefeitura; FEPAM; Patrimônio	Normatização específica. caso a caso
Manutenção da qualidade paisagística X Poluição visual (equipamentos urbanos e publicitários	Publicidade desordenada e conflito dos serviços públicos.	Empresas anunciantes; comerciantes e serviços urbanos	Prefeitura empresas de serviços urbanos (CEEE; CORSAN, CRT, etc...)	Plano Diretor; Código de Posturas
Manutenção da Balneabilidade X Lançamentos irregulares de resíduos	Poluição do rio e do mar	População da cidade em geral	CORSAN; FEPAM; Prefeitura	Plano Diretor; leis ambientais municipais, estaduais e federais



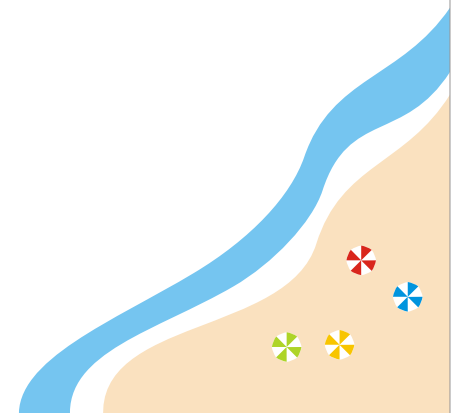
Exercício 01: Trecho nº 02 - PRAIA GRANDE

Conflitos Existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores Institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
Preservação do meio ambiente (dunas) X Manutenção do patrimônio construído	Construção dos molhes e processo de urbanização	Pescadores	Governo Federal	Legislação ambiental: Federal, Estadual e Municipal
Preservação ambiental X construções em APP	Comerciais e turísticas	Comerciantes e turistas	Prefeitura; FEPAM e Patrimônio da União	Legislação Federal, Estadual e Municipal
Preservação ambiental x Turismo desordenado	Falta de consciência dos usuários	Usuários da praia em geral	Prefeitura e Sec. afins	Código de Posturas e Código Ambiental
Manutenção da qualidade paisagística natural X Poluição visua	Atividades sazonais e publicidade desordenada	Comerciantes	Poder Público Municipal	Código de Posturas e Plano Diretor
Manutenção das características naturais X Poluição sonoras	Shows, carros propaganda, aglomeração	Usuários comerciantes em geral	Prefeitura	Código de Posturas, Código Estadual de Meio Ambiente
Manutenção da Balneabilidade X Lançamentos de resíduos	Sobrecarga dos esgotos pluvial e cloacal	Todos os usuários	CORSAN – RS CASAN – SC	Plano Diretor e Legislação Ambiental
Pressão imobiliária x Ocupação de Áreas Públicas	Exploração comercial irregular	Comerciante	Patrimônio da União e Prefeitura	Plano Diretor e Patrimônio da União

Exercício 01: Trecho nº 03 - PRAINHA

Conflitos Existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
Incremento das atividades de turismo/lazer/imobiliária x necessidade de valorização da Identidade Histórica e Cultural;	<ul style="list-style-type: none"> . Turismo . Lazer . Imobiliária 	<ul style="list-style-type: none"> . Turista . Veranistas . Moradores . Empreendedor 	<ul style="list-style-type: none"> . Prefeitura . AMP . AHRBS . AVAMPT . CORSAN . SPU . FEPAM . Brigada Militar . Concessionárias de serviços públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> . Plano diretor . Cód. de posturas . Cód. de edificações . Leis mun. diversas . Legislação ambiental (3 níveis) . Legislação federal (Constituição, Patrimônio da União);

Obs: Os conflitos existentes são consequência deste conflito principal.



Exercício 01: Trecho nº 04 - MORRO DO FAROL

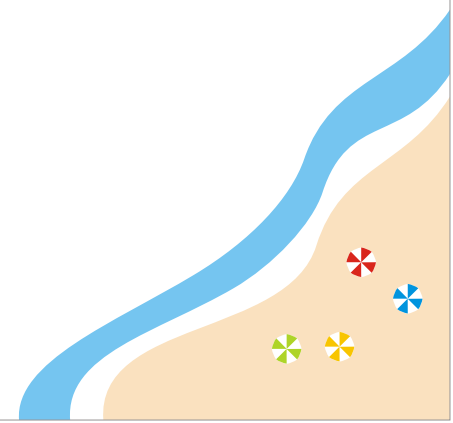
Conflitos Existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
Extração do marisco x Proteção da fauna	P'ratica inadequada da extração de marisco	Catadores oriundos de diversos locais da cidade.	Órgãos Ambientais	Legislação específica (IBAMA)
Esporte radical x Meio ambiente	Falta de reconhecimento da prática do esporte.	Atletas e público de outros lugares – cidades, países (turistas).	Prefeitura / Órgãos Ambientais e de Esportes	Legislação específica
Práticas religiosas X Preservação do Meio ambiente	O não reconhecimento de sua prática.	Turista e moradores	Prefeitura / Órgãos Ambientais	Legislação específica
Poluição visual x Manutenção das características da paisagem natural	Instalação de aparatos de telecomunicações sem critérios	Empresas de telecomunicações	Prefeitura / Órgãos Ambientais	Plano Diretor
Realização de construções x Manutenção das características naturais da paisagem	Ocupação urbana inadequada	Moradores do trecho	Prefeitura	Plano Diretor

Exercício 01: Trecho nº 05 - PRAIA DA CAL

Conflitos Existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
- Ocupação desordenada x preservação - Veranismo x preservação	. Imobiliária . Veranismo . Turismo . Excursionismo	. Corretores . Construtores . Veranistas . Turistas . Excursionistas . Moradores	. Prefeitura	

Exercício 01: Trecho nº 06 - PARQUE DA GUARITA / PRAIA DA GUARITA

Conflitos Existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
Ocupação irregular x preservação	Veraneio	Veranistas	Prefeitura / Fiscalização	Plano Diretor
Excesso de utilização x preservação	Turismo Excursões	Turistas Excursionistas	FEPAM	Ausência do Plano de Manejo

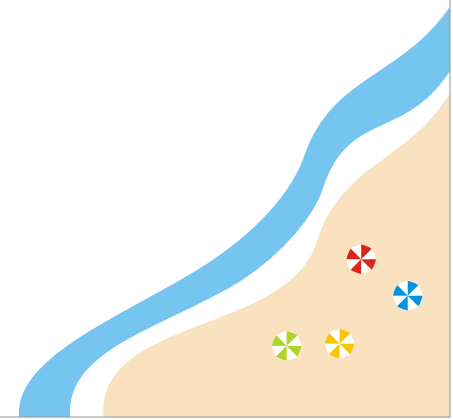


Exercício 01: Trecho nº 07 - PARQUE DA ITAPEVA

Este trecho esta sob a responsabilidade do Governo Estadual e em fase de elaboração do Plano de Manejo.

Exercício 01: Trecho nº 08 - PRAIAS DO SUL DE TORRES

Conflitos Existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	Legislação incidente na área
- Trânsito de veículos na faixa de praia X Segurança dos usuários	- Usuários	. Moradores . Turistas . Veranistas	- Fiscalização da Prefeitura e da Brigada Militar	. Lei Estadual
- Ocupação da Duna x Preservação	- Comércio	. Comércio do Centro e moradores	. Fiscalização da Prefeitura . Patram . Fepam	. Lei Ambiental
- Expansão Imobiliária x Preservação	- Setor Imobiliário e Comércio	. Corretores e loteadores . Moradores e comerciantes	. Prefeitura	. Plano Diretor

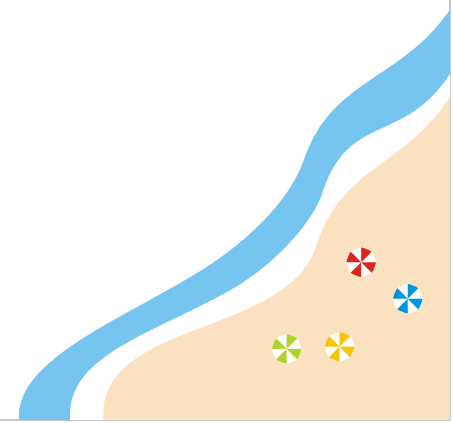


7.0 CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS A CADA CONFLITO

Para traçar as ações que d o Plano de Intervenção, deve-se conhecer os problemas oriundos dos conflitos e seus impactos sobre a área de trabalho. A seguir estão apresentadas as linhas de ação para a solução dos mesmos:

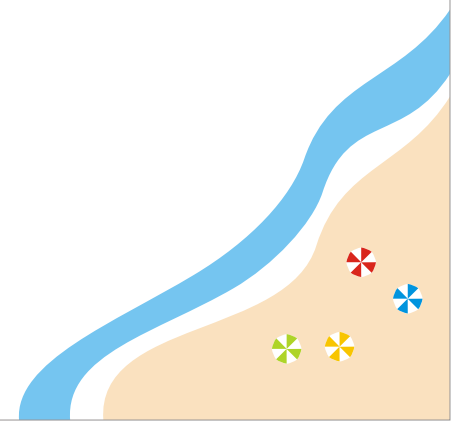
Exercício 02: Trecho nº 01 - PRAIA DOS MOLHES E RIO MAMPITUBA

Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
1. Migração das dunas sobre o calçadão e ruas	Transtorno urbano	Plano de manejo.das dunas
2. Invasões de construções comerciais e ou residenciais sobre APP edemais áreas públicas;	Desorganização urbana e deterioração da paisagem e do meio ambiente.	Ordenamento dos usos sobre a orla e regulamentação Definição de normas para uso dessas áreas.
3. Falta de segurança dos usuários das águas	Risco de vida pelo não cumprimento da demarcação do local de uso.	Demarcação no local dos limites dessas áreas.
4. Destruição das dunas impedindo a fixação.	Degradação ambiental comprometendo o ecossistema	Plano de manejo das dunas.
5. Falta de infra-turística e viária.	Degradação urbana e ambiental por falta de equipamentos que atendam as necessidades do turista.	Normatização junto ao comércio existente. .Elaboração Projeto específico para Orla: Rio e Mar
6. Poluição ambiental, visual e sonora.	Degradação do meio ambiente, da paisagem urbana e natural e desconforto turístico.	Ampliação da rede de esgoto Definição de normas para ocupação dos espaços de divulgação visual Regramento para atividades sonoras.



Exercício 02: Trecho nº 02 - PRAIA GRANDE

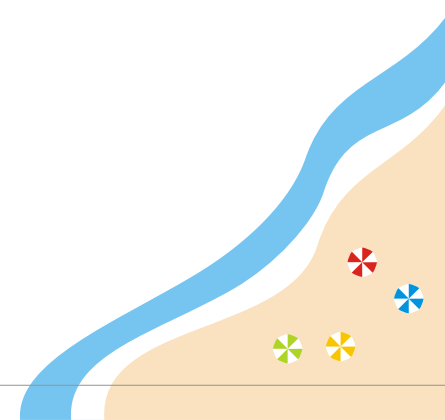
Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
1. Migração das dunas sobre o calçamento e ruas	Transtorno urbano	Plano de manejo das dunas
2. Invasões de construções comerciais sobre áreas ambientais e públicas;	Desorganização urbana e deterioração da paisagem e do meio ambiente.	Ordenamento dos usos sobre a orla e regulamentação Definição de normas para uso dessas áreas;
3. Destruição das dunas impedindo a sua fixação;	Degradação ambiental comprometendo o ecossistema	.Plano de manejo das dunas.
4. Falta de infraestrutura turística e viária;	Degradação urbana e ambiental por falta de equipamentos que atendam as necessidades do turista.	Normatização junto ao comércio existente. .Elaboração Projeto específico para Orla: Rio e Mar.
5. Poluição ambiental, visual e sonora;	Degradação do meio ambiente, da paisagem urbana e natural e desconforto turístico.	Ampliação da rede de esgoto Definição de normas para ocupação dos espaços de divulgação visual Regramento para atividades sonoras.
6. Arborização existente inadequada - exótica e paisagismo deficiente;	Impede o desenvolvimento de outras espécies e degradação do espaço urbano	Projeto de arborização adequado - planejamento da infraestrutura



Exercício 02: Trecho nº 03 - PRAINHA

Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
*1) Afogamentos	. Risco de vida, perda da atratividade turística da praia.	. Ampliação da temporada de Presença de salvavidas . Ampliação do horário/incluso meio dia; . Criação de guaritas com sanitários químicos (conjunto removível) – (Verão 2003, 2004).
*2) Uso desordenado da praia, perda da atratividade turística, Desconforto ambiental falta de segurança aos usuários	. Dificuldade de garantir a ordem; . Furtos/roubos; . Crianças perdidas; . Orientação aos banhistas; (pedras; correntezas); . Auxílios aos resgates;	Coordenação/cooperação entre agentes públicos – Gov. Estadual, Municipal, Brigada Feminina, Polícia Civil, Defesa Civil, Associação dos Moradores da Prainha, CONSEPRO.
*3) Inexistência de sanitários públicos.	. Desconforto ao usuário de turismo/lazer e agentes públicos;	1ª fase – sanitários químicos associados às guaritas e também independentes; 2ª fase – acréscimo sanitários públicos nos estabelecimentos comerciais, mediante compensação na legislação.
*4) Chuveiros insuficientes.	. Desconforto ao usuário de turismo e lazer;	Gestão junto à CORSAN – mínimo mais dois (2) - (verão 2003 – 2004).
6) Insuficiência de telefones públicos.	. Dificuldade na coleta; . Sujeira que se espalha; . Facilidade de acesso de animais;	. Implantar coleta seletiva. . Lixeiras anti-cães (verão 2003-2004). . Lixeiras de praia (verão 2003 – 2004). . Lixeiras de calçadão/morador (2003/2004). . Container nos quiosques da praia (2003/2004).
	. Poluição sonora; . Uso inadequado do espaço;	. Gestão junto aos órgãos públicos e empreendedores, bem como participação de associações. . Regulamentação.

*- previsão de estrutura mínima no período de inverno.



Exercício 02: Trecho nº 04 - MORRO DO FAROL

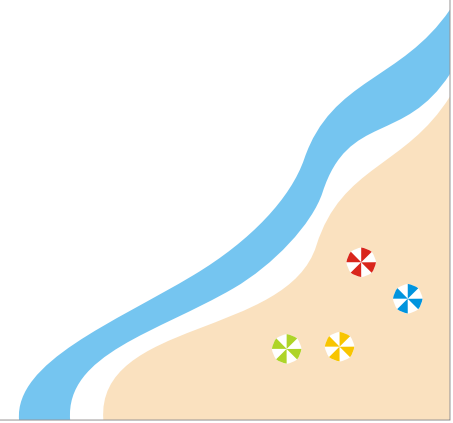
Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
1. Extração indiscriminada	Perda da biodiversidade	. Suspensão da atividade por tempo determinado
2.a.Depredação ambiental 2.b.Segurança	Erosão Perda da vegetação Risco de vida	. Demarcação do espaço. . Fiscalização . Plano de Segurança
3.a.Depredação ambiental 3.b.Depreciação da paisagem (descaracterização)	Danos acumulativos Deterioração da paisagem e desvalorização	. Estudo específico
Descaracterização e desvalorização do Patrimônio Natural.	Prejuízos das atividades turísticas	. Legislação
Ocupação desordenada	Descaracterização da paisagem/destruição	. Detalhamento no Plano Diretor
Sistema viário conseqüente	Erosão Falta de permeabilidade do solo	. Plano Diretor

Exercício 02: Trecho nº 05 - PRAIA DA CAL

Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
1) Esgotamento pluvial 2) Disposição de esgoto 3) Disposição do lixo 4) Degradação das dunas	. Perda da balneabilidade; . Perda da biodiversidade;	. Implantação de rede pluvial; . Identificação das economias não ligadas à rede coletora; . Implantar coleta seletiva; . Campanha de recuperação e preservação das dunas.

Exercício 02: Trecho nº 06 - PRAIA DA GUARITA - PARQUE DA GUARITA

Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
- Degradação Ambiental; - Descaracterização da Paisagem Natural; - Vandalismo;	Perda da Biodiversidade; Perda de Balneabilidade; Depredação dos equipamentos;	Plano de Manejo; Torna-lo auto-sustentável;

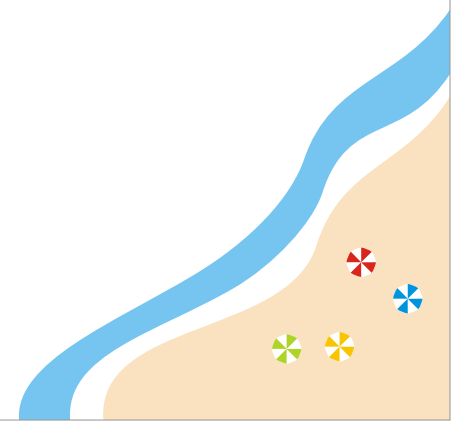


Exercício 02: Trecho nº 07 - PRAIA DA ITAPEVA - PARQUE DA ITAPEVA

Este trecho está sob a responsabilidade do Governo Estadual e em fase de elaboração do Plano de Manejo.

Exercício 02: Trecho nº 08 - PRAIAS DO SUL DE TORRES

Problemas	Efeitos/impactos associados ao problema	Linhas de ação para equacionar o problema
. Risco de vida para os usuários.	. Falta de segurança na faixa de praia para o lazer;	. Orientação e cumprimento da legislação pertinente;
. Degradação das dunas frontais por atividades comerciais;	. Impacto social dos proprietários dos lotes de frente para o mar; . Perda do valor cênico; . Perda dos recursos naturais das dunas (flora/fauna);	. Fazer cumprir a legislação;
. Loteamentos irregulares . Disposição de esgotos . Coleta e disposição de lixo . Desvio e aterro dos sangradouros . Descontinuidade de ruas	. Descontrole viário; . Comprometimento da balneabilidade; . Doenças de veiculação hídrica; . Perda da qualidade da paisagem; . Contaminação do lençol freático; . Vetores de doenças; . Alagamentos urbanos; . Comprometimento da drenagem superficial;	. Plano de saneamento básico . Coleta seletiva . Cumprimento das normas para licenciamento das atividades



8.0 AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

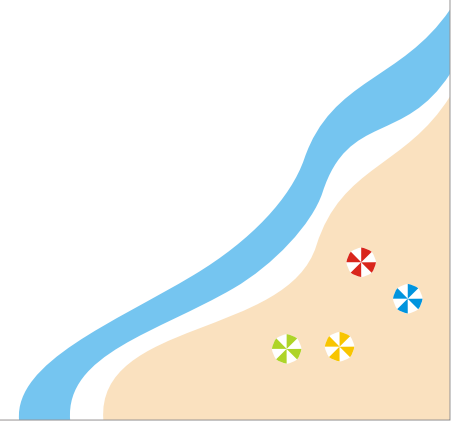
O quadro a seguir detalha as ações e medidas estratégicas, seus objetivos e responsáveis, baseando-se nas linhas de ação necessárias para solucionar cada um dos conflitos e os problemas por eles gerados em cada trecho.

Exercício 03: Trecho nº 01 - PRAIA DO MOLHES E RIO MAMPITUBA

Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
A - Plano de manejo das Dunas;	Estabelecer critérios para fixação e manejo das dunas.	Contínua	PMT e Secretarias afins FEPAM
B - Ordenamento e definição dos usos da orla;	Regularização dos usos existentes.	No período de sua implantação	SEMPLA /CP FEPAM Patrimônio da União Iniciativa Privada
C - Demarcação no local de áreas específicas para a prática da pesca e surf;	Separar visualmente o espaço físico das práticas em questão.	Permanente	SEMPLA/CP Secr. De Obras Associações envolvidas
D - Plano de manejo de Dunas;	Estabelecer critérios para fixação e manejo das dunas.	Contínua	PMT e Secretarias afins FEPAM
E - Definição do uso e Ocupação solo;	Projetos para os usos futuros.	Contínua	SEMPLA /CP FEPAM Patrimônio da União
F - Plano de saneamento Básico;	Alcançar parâmetros adequados de balneabilidade na praia.	Contínua	SEMPLA/CP SEMEA FEPAM, CORSAN

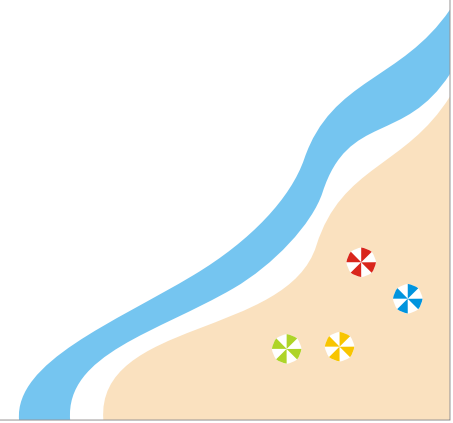
Exercício 03: Trecho nº 02 - PRAIA GRANDE

Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
A - Plano de manejo das Dunas;	Estabelecer critérios para fixação e manejo das dunas.	Contínua	PMT e Secretarias afins FEPAM
B - Ordenamento e definição dos usos da orla;	Regularização dos usos existentes.	No período de sua implantação	SEMPLA /CP FEPAM Patrimônio da União Iniciativa Privada
C - Plano de manejo de Dunas;	Estabelecer critérios para fixação e manejo das dunas.	Contínua	PMT e Secretarias afins FEPAM
D - Definição do uso e ocupação solo;	Projetos para os usos futuros.	Contínua	SEMPLA /CP FEPAM Patrimônio da União
E - Plano de saneamento básico e normatização dos elementos visuais e usos sonoros ;	Alcançar parâmetros adequados de balneabilidade e conforto visual e sonoro urbanos	Contínua	SEMPLA/CP SEMEA FEPAM, CORSAN
F - Plano de Arborização Urbana;	Melhorar a parcela natural da paisagem urbana e restaurar a sua biodiversidade	Contínua	SEMEA SEMPLA/CP DEFAP



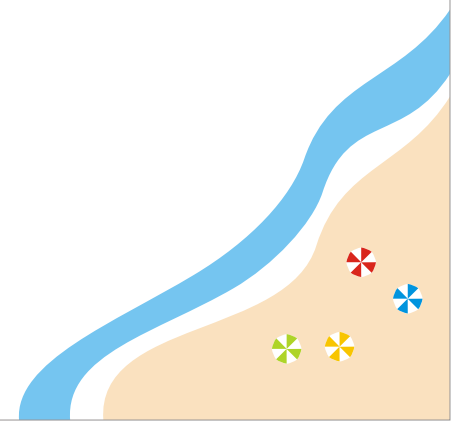
Exercício 03: Trecho nº 03 - PRAINHA

Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
1) Projeto Salva-vidas;	. Segurança do banhista . Redução de óbitos	. Permanente com maior intensidade no verão;	. Brigada Militar . Bombeiros
2) Projeto patrulhamento na faixa de areia (Agentes Femininos);	. Garantia da ordem, crianças perdidas, orientação aos banhistas, auxílio aos salva-vidas	. No veraneio;	. Brigada Militar (policimento ostensivo)
3) Projeto sanitários públicos;	. Conforto aos usuários de turismo/lazer e agentes públicos	. Durante veraneio, químicos associados às guaritas; . Baixa temporada, químicos independentes; . Futuro no comércio	. Prefeitura . Futuro: comerciantes e Prefeitura
4) Projetos chuveiros;	. Conforto ao usuário de turismo/lazer	. Durante veraneio	. CORSAN
5) Projeto lixeiras;	. Dar atendimento específico aos banhistas, comerciantes e moradores	. Permanente	. Prefeitura e secretarias afins . Companhia terceirizada
6) Projeto telefones;	. Conforto ao usuário turismo/lazer . Apoio aos agentes públicos	. Permanente	. Companhia telefônica
7) Projeto sinalização e uso do mar; praia, gramados, calçadão; infraestrutura (banheiros e chuveiros, alimentação);	. Maior segurança . Orientação de costumes . Orientação turística . Esportes náuticos	. Permanente	. Prefeitura e secretarias afins.
8) Projeto paisagístico;	. Melhorar a ambientação/conforto e regular uso dos espaços;	. Permanente	. Prefeitura e suas secretarias afins
9) Projeto Limpeza Urbana;	. Garantir o asseio dos espaços urbanos;	. Permanente, com maior intensidade no veraneio;	. Prefeitura e suas secretarias afins
10) Projeto Vôo Livre;	. Regular a atividade para não causar prejuízo aos usuários na praia;	. Permanente	. Prefeitura
11) Projeto eventos;	. Disciplinar o porte, a frequência, a intensidade dos eventos, reduzindo poluição sonora, visual e impacto trânsito;	. Permanente	. Prefeituras e suas secretarias afins . Brigada Militar . SPU . FEPAM
12) Projeto trânsito;	. Disciplinar veículos de carga e passageiro;	. Permanente, mais flexível no inverno	. Prefeitura e suas secretarias afins . Brigada Militar
13) Projeto Legislação;	. Adequação da Legislação; . Conscientização; . Acordos;	. Permanente	. Prefeitura . SPU . Parcerias entidades
14) Projeto Esporte Náutico;	. Delimitar áreas para embarcações, esporte e recreio; . Resguardar a integridade física dos banhistas;	. Permanente	. Capitania dos Portos . Marinha . Prefeitura



Exercício 03: Trecho nº 04 - MORRO DO FAROL

Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
* Construções e Meio Ambiente			
1ª.1) Elaboração de estudo específico para o comportamento;	Recuperação da espécie;	Tempo determinado	IBAMA / Sec. do Meio Ambiente;
2ª.1) Educação ambiental preventiva;	Educação baseada no conhecimento (ação);	Contínua	SEMA / SEMMEA
3ª.1) Informação local	Informar ação no local	Contínua	SEMMEA/SEMPLA/OBRAS
4ª.1) Implantação de legislação específica	Fiscalizar o cumprimento da ação		Prefeitura / IBAMA
* Esportes e Recursos			
1ª.2) Elencar atividades	Conhecer a diversidade	Tempo determinado	Prefeitura / Sec. de Esporte e Turismo
2ª.2) Estudo específico	Preventiva	Tempo determinado	Sec. de Esporte e Turismo
1b) Suspensão atividade	Evitar acidentes	Tempo indeterminado	Prefeitura / Sec. de Esporte e Turismo
2b) Elaboração de plano de segurança	Normatizar a ação	Tempo determinado	SEMPLA
2c) Informação no local	Informação sobre a ação	Contínua	ASCOM/SEMPLA
2d) Fiscalização	Garantir o cumprimento da ação.	Contínua	Brigada Militar
* Religiosidade x Meio Ambiente	Conhecer o funcionamento das atividade	Tempo determinado (60 dias)	Secretaria de Planejamento
1.a) Pesquisa sobre a atividade	Limitar os danos respeitando os e harmonioso com a paisagem	Tempo determinado	Secretaria de Planejamento
2.a) e 1.b) Elaboração de projeto arquitetônico para o local	Potencializar a atividade turisticamente orientara forma de uso	Permanente	Planejamento x marketing
2.b) Sinalização informação visual	Cuidar do espaço tratado	Permanente	BBM
3.b) Fiscalização			
* Poluição x Paisagem Natural	Desobstruir os espaços ocupados que prejudicam a paisagem	Tempo determinado	Secretaria de Planejamento
4.a) Plano de remoção			
* Construção x Meio Ambiente	Identificar a paisagem desejada	Tempo determinado	Planejamento municipal – Central de Projetos
1 a) Estudo de remoções das edificações	Meios legais de implementação e ren.	Tempo legal	Planejamento municipal – Central de Projetos x Dep. Trânsito
2 a) Processo de implantação	Para frear o processo de ocupação	Permanente	Fiscalização Municipal
3 a 2 b) Fiscalização			



Exercício 03: Trecho nº 05 - PRAIA DA CAL

Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
1) Projeto de drenagem urbana; 2) Regularização da rede de esgoto; 3) Implantação de coleta seletiva; 4) Implantação de Educação Ambiental;	. Melhoria da Balneabilidade; . Recuperação da Biodiversidade; . Limpeza Urbana; . Conscientização;	. Fiscalização permanente;	. Prefeitura e secretarias afins; . Ong's e Associações;

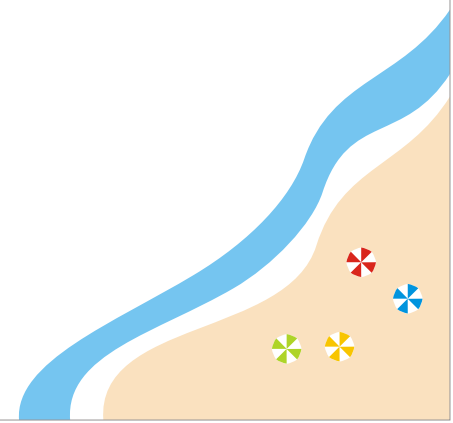
Exercício 03: Trecho nº 06 - PRAIA DA GUARITA - PARQUE DA GUARITA

Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
1) Elaboração e implantação de um Plano de Manejo;	Garantir a Balneabilidade;	Permanente;	Prefeitura e secretarias afins;
2) Implantação de Educação Ambiental;	Recuperação da Biodiversidade;		Ong's e Associações;

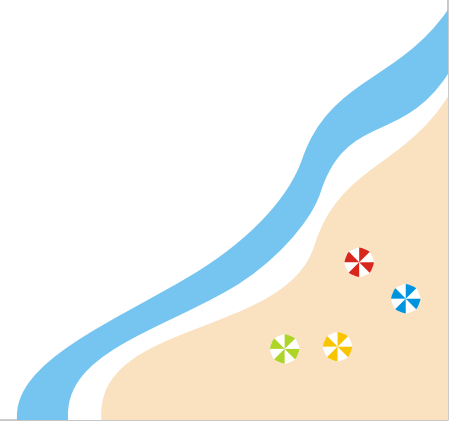
Exercício 02: Trecho nº 07 - PRAIA DA ITAPEVA - PARQUE DA ITAPEVA

Exercício 03: Trecho nº 08 - PRAIA DO SUL DE TORRES

Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade	Responsabilidades
. Interrupção da orla para veículos automotores; . Placas indicativas; . Cumprimento da lei;	. Área específica para esporte e lazer; . Orientação; . Ordem;	. Permanente;	. Municípios e suas secretarias; . Patram – Brigada Militar; . Fepam – SEMA, etc;
. Fiscalização;	. Proteção de área de preservação;	. Permanente;	. FEPAM; . PATRAM; . Prefeitura;
. Levantamento cadastral dos loteamentos aprovados, irregulares, semi-implantados e não implantados; . Revisão do Plano Diretor; . Mobilização da comunidade envolvida;	. Ordenamento da expansão urbana; . Criar áreas de preservação (como área parque ou núcleos diferenciados);	. Permanente;	. Todos os segmentos sociais e institucionais;



QUADRO RESUMO DAS AÇÕES			TRECHOS							
PLANO DE REGULAMENTAÇÃO DE USOS E OCUPAÇÃO DA ORLA	LINHAS DE AÇÃO	AÇÕES/PROJETOS/PLANOS	1	2	3	4	5	6	7	8
	PLANO DE MANEJO DAS DUNAS	DIAGNÓSTICO	X	X	-	-	X	-	-	X
		FIXAÇÃO DAS DUNAS	X	X	-	-	X	-	-	X
		EDUCAÇÃO AMBIENTAL	X	X	X	X	X	X	-	X
		DIVULGAÇÃO	X	X	X	X	X	X	-	X
		SANGRADOUROS	X	X	X	-	X	-	-	X
		PASSARELAS	X	X	-	-	-	-	-	X
	ZONEAMENTO DAS ATIVIDADES	ESPETÁCULOS / ESPORTES	X	-	-	-	-	-	-	-
		ESPORTES: VÔO LIVRE	-	-	X	X	X	-	-	-
		ESPORTES: SURF	X	-	X	-	X	X	-	-
		ESPORTES: VÔLEI/FUTEBOL	-	X	X	-	X	-	-	-
		ROTA GASTRONÔMICA	X	X	X	X	X	X	-	X
		SURF E PESCA	X	-	-	-	-	-	-	-
		ESPLANADA JOVEM	X	-	-	-	-	-	-	-
		BARCOS PASSEIO/PLATAF. PESCA	X	-	-	-	-	-	-	-
		BALSA/ PONTE PÊNSIL/ PONTE	X	-	-	-	-	-	-	-
		ASSOREAMENTO/ PESCA	X	-	-	-	-	-	-	-
		DESALINIZAÇÃO/ ARROZEIROS	X	X	X	X	X	X	-	X
	PLANEJAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA	PONTES/ BALSA/ MOLHES	X	-	-	-	-	-	-	-
		ESGOTO / ENERGIA / OMUNICAÇÕES	X	X	X	X	X	X	-	X
		INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	X	X	X	X	X	X	-	X
		EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	X	X	X	X	X	X	-	X
		PLANO VIÁRIO	X	X	X	X	X	X	-	X
		SERVIÇOS URBANOS	X	X	X	X	X	X	-	X
		SINALIZAÇÃO / MARKETING	X	X	X	X	X	X	-	X
		POLUIÇÃO SONORA – EVENTOS	X	X	X	X	X	X	-	X
		PAISAGISMO	X	X	X	X	X	X	-	X
		PLANO DE MANEJO	-	-	-	-	-	X	X	-
	AÇÕES INTERESTADUAIS COMPARTILHADAS	ESGOTO	X	-	-	-	-	-	-	-
		OCUPAÇÃO DAS MARGENS	X	-	-	-	-	-	-	-
		PONTE - EST. IMPACTO AMBIENTAL	X	-	-	-	-	-	-	-
		RELOCAÇÃO DA BALSA	X	-	-	-	-	-	-	-



9.0 ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Muito do que se propôs em termos de ações para a orla de Torres encontra-se em andamento ou em estudo, com proposições de projetos específicos, principalmente no que se refere ao Trecho 01- Praia do Molhes/ Rio Mampituba.

Para a elaboração destas ações tem sido feito uso de mecanismos que permitam a interação entre os órgãos públicos, tanto local como estadual e federal, bem como o envolvimento da sociedade civil.

9.1 FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

A Prefeitura Municipal deverá promover a articulação com os demais órgãos públicos e a comunidade em geral, devendo ser criado o Comitê Gestor com o objetivo de consolidar as medidas apresentadas, através das seguintes ações:

1. AÇÕES DE CARÁTER INFORMATIVO

Apresentação do Plano de Intervenção na Orla através de cartilha, folders e palestras;

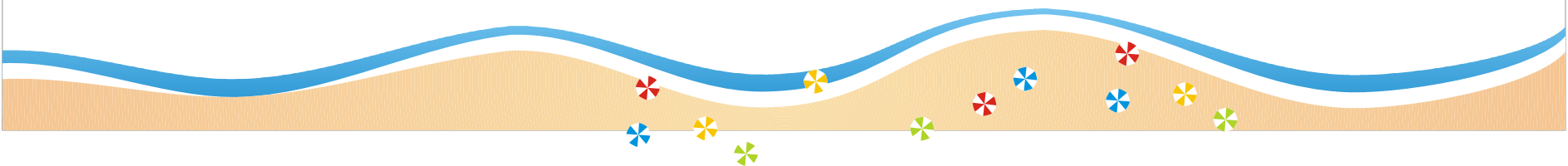
2. AÇÕES DE CARÁTER CONSULTIVO

Reuniões com a comunidade e órgãos afins para discussão de assuntos pertinentes ao Projeto com a finalidade de agregar sugestões e recursos para as futuras ações.

3. AÇÕES DE CARÁTER DELIBERATIVO

Instalação do Comitê Gestor consolidando a participação da sociedade civil, órgãos públicos, e contatos com futuros parceiros para implantação do Projeto ORLA.

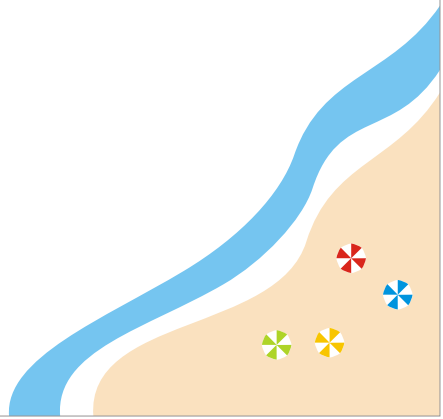
Inserir detalhamento normativo oriundo do Projeto Orla no Plano Diretor da cidade como Área Especial.



9.2 MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

A fim de viabilizar a implantação do Projeto Orla, as atividades a serem realizadas encontram-se relacionadas abaixo. O quadro as descreve juntamente com os responsáveis, público alvo de cada uma, meios utilizados, produções e tempo necessário para realização das atividades.

ATIVIDADE A SER REALIZADA	RESPONSÁVEL DIRETO	PÚBLICO ALVO	MEIOS UTILIZADOS	PRODUÇÃO NECESSÁRIA	MESES											
					01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1. Levantamento dos Envolvidos	CEMPLA / CP	Comunidade em Geral - Residente e Flutuante	Bancos de Dados da Central de Projetos e demais secretarias	Relação do Público Alvo com endereços e telefones com base em uma triagem												
2. Audiência pública de apresentação do Projeto ORLA	CEMPLA/CP Departamento de Marketing Munic.	População em geral Órgãos Públicos Legislativo, ONGs	Convocação	Convites												
3. Palestras informativas	CEMPLA/CP	Convidados resultantes da triagem	Convite: mala direta e meios comunicação	Síntese do Projeto ORLA contendo data, local e hora a se realizar o evento.												
4. Divulgação dos resultados dos assuntos abordados nas palestras	CEMPLA/CP Departamento de Marketing Munic.	Comunidade em Geral - Residente e Flutuante	Jornais, Rádio e TV.	Release												
5. Programa de divulgação nas escolas	Sec. Educação CEMPLA/CP SEMMEA	Estudantes em Geral	Distribuição de Cartilhas e Formação dos Professores .	Criação da Cartilha												
6. Reuniões do Comitê Gestor do ORLA	Prefeitura Municipal	Membros do Comitê	Convocação	Espaço físico Material de apoio												



9.2.1 - FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROJETO ORLA

A criação de um comitê gestor é a principal ação para o envolvimento da sociedade na implantação e monitoramento do plano de intervenção. A seguir, apresenta-se a composição desejada do comitê gestor.

SOCIEDADE CIVIL

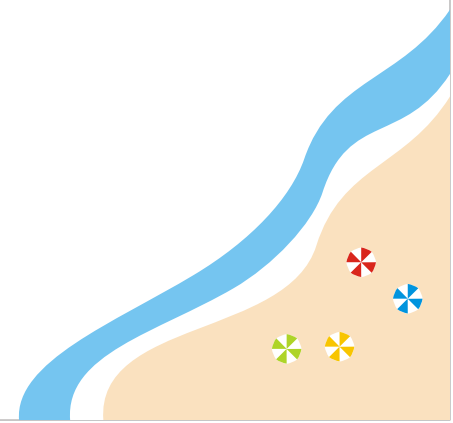
1. Associação dos Moradores da Prainha.
2. Associação dos Moradores e Veranistas das Praias do Sul de Torres.
3. ULBRA - Universidade Luterana do Brasil - Torres.
4. Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Torres.
5. Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia de Torres.
6. Associação dos Comerciantes do Calçadão da Praia Grande de Torres.
7. Associação dos Engenheiros, Arquitetos de Torres.
8. Setor Privado de Turismo.
9. ONG - Onda Verde.

SETOR PÚBLICO

1. Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento.
2. Central de Projetos Municipal.
3. Secretaria Municipal de Desportos e Turismo.
4. Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COMITÊ:

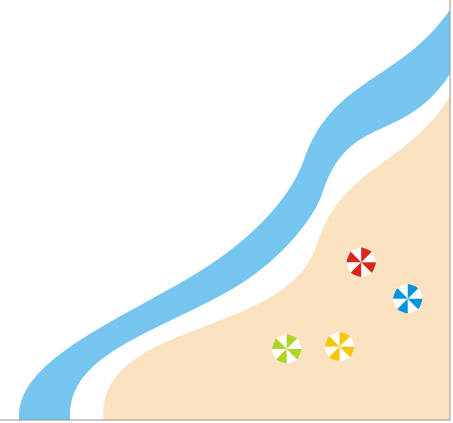
- Elaborar o Plano de Intervenção.
- Apresentar e divulgar o Plano
- Monitorar e avaliar a implantação das ações
- Rever e adequar o Plano.
- Definir as estratégias de captação de recursos para viabilizar ações propostas
- Identificar e articular parcerias para garantir a implantação do plano.



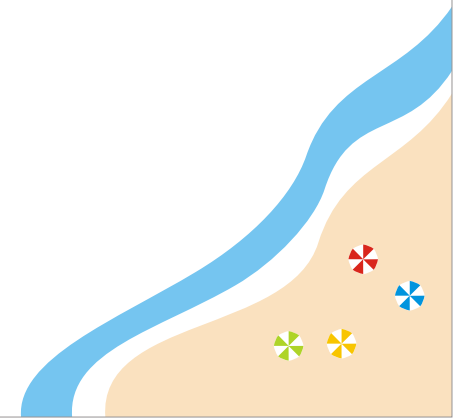
9.3 ALTERNATIVAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Para a implantação do Plano de Intervenção da Orla deverão ser consideradas as articulações políticas necessárias, com envolvimento do Comitê Gestor e Órgãos Governamentais que coordenam as políticas públicas incidentes na Orla.

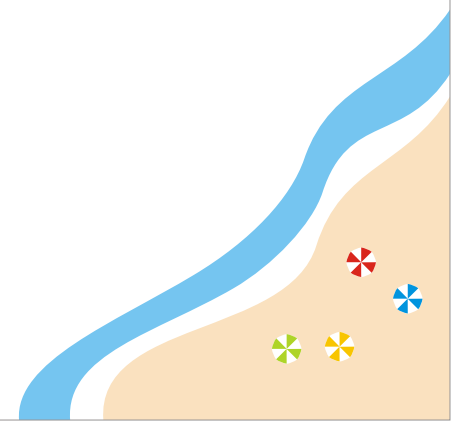
O quadro a seguir apresenta de forma sintetizada o contexto de interlocução e articulação política necessária para implantar em cooperação, as ações intergovernamentais propostas para o TRECHO 1- Praia dos Molhes / Rio Mampituba da Orla. Indica os órgãos públicos envolvidos nas ações e suas atribuições na execução do plano, baseando-se nas medidas estratégicas propostas para mitigar os conflitos identificados no diagnóstico, relacionando os executores e instância de aprovação bem como a forma de articulação entre planos, projetos e investimentos - públicos ou privados - incidentes sobre a Orla, a forma de execução, aprovação e fontes de recursos.



AÇÕES E MEDIDAS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	ATRIBUIÇÕES	AÇÕES GOVERNAMENTAIS		ARTICULAÇÃO		
			PROGRAMA AÇÃO	EXECUÇÃO APROVAÇÃO	FORMA DE EXECUÇÃO	EXECUÇÃO APROVAÇÃO	FONTES DE RECURSOS POSSÍVEIS
CONFLITO 01 - Aporte de areia sobre as áreas urbanizadas							
Elaboração e implantação de um plano de manejo de dunas	Prefeitura FEPAM	Elaboração do Plano, Fiscalização e divulgação. Licenciamento	Projeto Orla	Prefeitura FEPAM	Ações conjuntas	Prefeitura FEPAM	Prefeitura Parcerias
Educação Ambiental				GRPU	Divulgação do que está sendo feito	GRPU	
CONFLITO 02 - Ocupação privada de áreas públicas e áreas de preservação permanente							
Regularização das construções e ou remoção	Prefeitura FEPAM GRPU Marinha IBAMA	Gerenciamento dos projetos e fiscalização Licença Ambiental Licença Patrimonial	Projeto Orla	Prefeitura FEPAM GRPU Marinha	Ações conjuntas	Prefeitura FEPAM GRPU Marinha	Prefeitura Parcerias
Plano de usos							
Compensações Ambientais							
Adequação/revisão da Legislação Urbana							
CONFLITO 3 - Delimitação das áreas de pesca e surf							
Aplicação do decreto . Decreto n 36/89	Prefeitura GRPU FEPAM	Execução/fiscalização Autorização Licença	Projeto Orla	Prefeitura GRPU FEPAM	Ações conjuntas	Prefeitura GRPU FEPAM	Prefeitura Parcerias
Demarcação dos espaços para cada atividade							



CONFLITO 4 -Trânsito sobre as dunas							
Educação ambiental. Construção de passarelas.	Prefeitura FEPAM GRPU	Projeto Licença Autorização	Projeto Orla	Prefeitura FEPAM GRPU	Ações conjuntas	Prefeitura FEPAM GRPU	Prefeitura Parcerias
CONFLITO 5 - Falta de infra-estrutura							
Esplanada Jovem Rota Gastronômica Plataformas de pesca Terminal para Turismo aquático Mobiliário Urbano Sinalização urbana e turística Projetos turísticos de marketing Plano de arborização urbano	Prefeitura GRPU FEPAM Marinha	Execução e fiscalização Autorização Licença Autorização	Projrto Orla	Prefeitura GRPU FEPAM Marinha	Ações conjuntas	Prefeitura GRPU FEPAM Marinha Parcerias	Iniciativa privada Parcerias Projetos Marketing.
CONFLITO 6 - Poluição Visual							
Planejamento de informações visuais Publicidade em Geral Sinalização Turística Sinalização de Posturas e outras necessidades	Prefeitura Consecio nárias em geral GRPU	Coordenar o planejamento das ações.	Projeto Orla	Prefeitura GRPU	Ações conjuntas	Prefeitura GRPU	Prefeitura
Integração com o Planejamem to da infra-estrutura Pública Equipamentos Urbanos Serviços Urbanos CEEE / CORSAN / CRT		Fornecer padrões técnicos para viabilizar na infra-estrutura a integração.					Iniciativa privada.
Regulamentação da Publicidade veiculada pelo ar; panfletos e carros de som		Autorização					Parcerias Projetos Marketing. Concessio nárias
CONFLITO 7 - Comprometimento da balneabilidade							
Pleno funcionamento da ETE	Prefeitura CORSAN FEPAM	Execução Licenciamento Fiscalização	Progra mas especiais. Projeto Orla	Prefei tura COR SAN FEPAM	Ações conjuntas	Prefeitura FE PAM CORSAN	Prefeitura
Ampliação da rede coletora							CORSAN
Levantar liminar Federal processo . N 96.000.30928							Parcerias Privadas
Mapeamento dos pontos clandestinos de lançamento direto do esgoto no rio.							Parcerias públicas
Revisão da rede pluvial para iden tificação de esgoto clandestino.							
Educação Ambiental							
CONFLITO 8 - Sistema Viário							
Elaboração do Plano Viário	Prefeitura GRPU	Projetos e Execução Autorização	Plano Diretor	Prefei tura	Ações conjuntas	Prefeitura	Parcerias públicas



9.3.2 PROGRAMAS E AÇÕES COM AFINIDADE COM AS PROPOSTAS DO PLANO

DETALHANDO O TRECHO 01 - PRAIA DOS MOLHES / RIO MAMPITUBA

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como já foi comentado durante o trabalho, a Prefeitura Municipal junto com a iniciativa privada vem trabalhando para que se revertam alguns problemas, principalmente de ocupações irregulares, junto as margens da foz do Rio Mampituba, em áreas da União.

Portando, entende-se não ser possível pensar na Faixa de Orla Marítima sem incluir as áreas adjacentes e a realidade presente, uma vez que atualmente pode-se observar que além das ocupações irregulares existe uma total falta de unidade nos equipamentos de apoio ao turista e usuários em geral. Como os locais trabalhados estão inseridos em ÁREAS ESPECIAIS - de acordo com o Plano Diretor - Lei 2902/95, que requerem projetos e regime urbanístico especiais, procura-se detalhar em pequenos trecho: mais especificamente SETOR A e SETOR B, as áreas das futuras intervenções, com a finalidade de viabilizar a implantação das mesmas.

Trabalho este que a prefeitura já vem realizando e com algumas propostas já esboçadas e outras em fase de implantação.



SETOR A - ESPLANADA JOVEM

Localiza-se junto a Praia dos Molhes iniciando na Rua Tiradentes até a beira do Rio Mampituba e deste até a Rua Kalil Sehbe contornando a SAPT e encontrando a Rota Gastronômica. O local tem como característica consagrada a agitação jovem, onde se realizam os campeonatos de surf, onde os jovens se reúnem para aproveitar a praia e fazer festa e é muito freqüentado por turistas e moradores que procuram a beira do rio para a pratica da pesca.

Como fica afastado da zona residencial torna-se propício para as atividades inerentes ao público jovem. Atualmente, possuem alguns poucos equipamentos de apoio, com precária qualidade de atendimento para atender a demanda do grupo.

Para tanto o projeto de revitalização da área deverá interferir em diversos aspectos, tanto de ordem quantitativa como qualitativa.



MODIFICAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

Abertura de rua ao norte e a leste, junto aos limites do terreno de propriedade da SAPT, fazendo com que a via que margeia o rio torne-se um calçadão, devolvendo-se assim o rio à população, onde junto a este deverá se desenvolver atividades de lazer e turismo, como plataforma de pesca e atracadouros de barcos, bem como, um largo com mirante sobre o rio, propiciando eventos e shows.

A proposta de sistema viário para este tipo de atividade torna imprescindível a criação de espaços destinados a estacionamento, visto que o grande fluxo de veículos com destino a este local será bastante significativo. Os estacionamentos serão agregados ao espaço de forma a atender tanto a demanda de eventos da Esplanada Jovem como também o grande público que frequenta a praia ao longo de todo o dia.

PLANO DE MANEJO DE DUNAS



Plano este que propõe algumas medidas necessárias para controlar o uso do espaço, melhorar o acesso dos usuários à praia, proteger e estabilizar o campo de dunas, mantendo os atrativos ao turismo.

O mesmo encontra-se em fase de implantação e deverá contar, aqui de forma reduzida, com 04 etapas à saber:

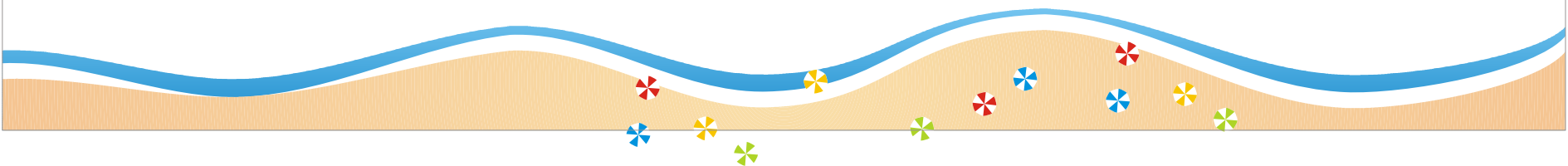
1. Diagnóstico ambiental e mapeamento já elaborado e tramitando junto a FEPAM, Divisão de Licenciamento Ambiental do Estado;
2. Escolha das técnicas de manejo e planejamento;

Melhoria dos acessos à praia com Instalação de uma passarela de madeira para transpor as dunas, encontra-se em fase de implantação, construída com madeira de reflorestamento, deverá ser a primeira de uma série de pelo menos 03 ao longo da Praia dos Molhes e Praia Grande, ou sempre que necessário para proteger e estabilizar as dunas, pois formando as dunas um ambiente extremamente dinâmico e frágil elas devem ser protegidas naquelas áreas de uso mais intenso da praia.



CANTINHO DO PESCADOR

O restaurante Cantinho do Pescador, com Concessão de Uso expedido pelo Patrimônio da União, ficando reservado para este uma área de 1000,98 m², conforme levantamentos já efetuados, onde atualmente encontra-se uma construção com 417.00 m², distribuídos em dois pavimentos e mantendo-se a construção principal, se propõe a demolição de alguns anexos que atualmente estão destoando do conjunto e impedindo a abertura da futura via, tudo de comum acordo com o proprietário. As demolições deverão ficar como contrapartida de proposta de uma ampliação, conforme projeto apresentado ao município, devendo ser previstos sanitários de uso público para atender a população que usa a Beira do Rio Mampituba e a Praia dos Molhes.



. **Ordenamento da área de lazer e controle dos ventos** com a Instalação de esteiras de palha de tiririca no pós-praia.

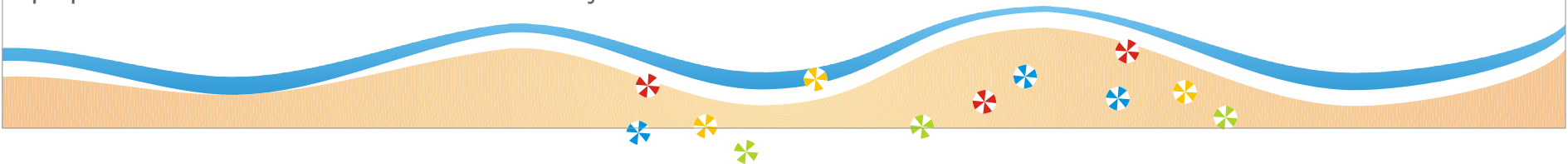
. **Reforma das dunas** com o preenchimento dos corredores de vento, tendo como fonte de material as areias invasoras do calçadão.

. **Estabilização do pós-dunas com o uso de cobertura morta**, após o corte e a raspagem do pós-dunas, será espalhado pela superfície livre das dunas cobertura morta composta por acícula de pinos, aguapés ou vegetação oriunda de capinas de poda das ruas do balneários.

. **Estabilização da duna frontal com método vegetativo**, que deverá acontecer depois da reforma da duna frontal e suavização dos taludes haverá o plantio de colmos de capim de praia, após iniciar o crescimento das gramíneas haverá o espalhamento de sementes de margarida de praias

. **Placas de sinalização e informativas**, para informar a população em geral dos procedimentos.

. **Implantação do Plano de Manejo** propriamente dito e monitoramento e manutenção.



PASSEIOS DE BARCO

Atualmente existem 04 embarcações que realizam passeios ao longo do Rio Mampituba indo até a Praia da Guarita, pertencentes a duas empresas, a Flamingo Turismo Náutico com dois barcos e a Barcos Marina com outros dois. As empresas possuem dois pontos cada uma, totalizando quatro pontos ao longo do Rio Mampituba.

Para que não fique conflitante com o projeto geral do TRECHO 1 estamos estipulando que os atracadouros se restrinjam a dois pontos, um para cada empresa tendo que ser demolido os que estão localizados junto aos Molhes, onde está previsto o largo para eventos, o coração da Esplanada Jovem.

Entendemos que junto com estas atividades devam ser disponibilizados sanitários públicos, melhorando a infra-estrutura turística e conseqüentemente maior conforto e qualidade aos frequentadores da praia e do rio.

A Flamingo Turístico Náutico apresentou, ao município, ante-projeto de reformulação do terminal já existente, que deverá atender a população em geral, ficando agora localizado junto a Rota Gastronômica.



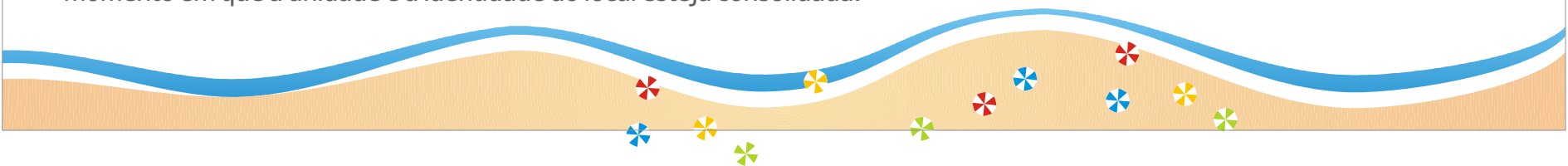
PLANO DE ARBORIZAÇÃO URBANA

De acordo com a Lei Municipal 3698/02 que disciplina a arborização no município de Torres bem como o Plano emergencial de reestruturação física e reordenação da vegetação nos canteiros da Av. Beira Mar, da Praia dos Molhes até a Praia do Meio - Prainha, com o objetivo de substituir a vegetação exótica por espécies nativas.



SINALIZAÇÃO TURÍSTICA

Existem algumas propostas de sinalização turística em análise, com base em diagnóstico formulado. Este item será definido no momento em que a unidade e a identidade do local esteja consolidada.



SETOR B - ROTA GASTRONÔMICA

A "Rota Gastronômica" é a idéia da totalidade dos comerciantes localizados ao longo das ruas que margeiam o Rio Mampituba - Rua Egidio Michaelsen e Av. Cristóvão Colombo, em melhorar e qualificar o espaço que ocupam. A constatação de problemas comuns como o mau estado de conservação das ruas e dos passeios, a forma antiestética da infra-estrutura instalada, falta de segurança e a queda da demanda turística da cidade, levaram o grupo a criar uma linha de ação comum.

Criou-se no local uma tradição de gastronomia e lazer, com grande concentração de restaurantes, clubes, casas noturnas e o mais bem estruturado hotel da cidade. Soma-se a isso diversas atividades aquáticas ao longo do rio além da beleza típica da ponte Pênsil. A reunião de toda essa diversidade de situações com suas peculiaridades físicas e legais conferem a este local uma situação morfológica de grande potencial de exploração comercial e turística.

Os aspectos alvo desta iniciativa ficaram definidos já na primeira reunião como sendo prioritários e definiram a linha da iniciativa em três itens gerais:



1. MARKETING

Seria impossível nos dias de hoje, pensar em conceber uma idéia de consórcio para turismo sem um projeto e assessoramento de marketing. A solicitação deste item abrange desde a logotipia da idéia passando pela totalidade da sinalização turística até a criação dos projetos de ação e eventos pertinentes às atividades a serem propostas no local.

O objetivo primeiro do marketing será vencer o desafio de criar uma filosofia única ou homogenia da forma da utilização dos espaços bem como dos serviços prestados, visto que somente a postura unânime da comunidade ocupante do espaço permitirá alcançar os objetivos coletivos das intervenções propostas.

Outro aspecto após este será a tarefa de que junto à proposta arquitetônica, criar sustentabilidade financeira para iniciativa de tamanho porte.

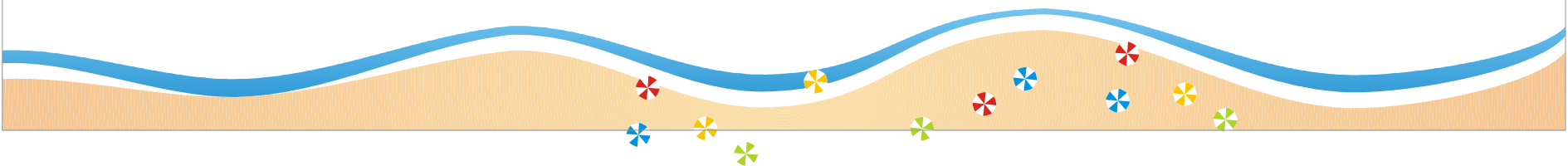
E, por fim, a manutenção da qualidade da proposta, revisando periodicamente os valores e situações agregadas.

2. SEGURANÇA

Contemplando todos os aspectos ligados a esse tema, desde a postura do transeunte até a garantia de integridade dos equipamentos e dos próprios estabelecimentos.

O objetivo é de criar um sistema de segurança eficiente que não seja agressivo ao visitante, onde haja controle sem ostentação policial. Esta filosofia sugere o uso de muita tecnologia aliando eficiência e baixos custos de manutenção.

Circuitos internos de TV monitorando a rua, ligados a uma central de segurança terceirizado está sendo o caminho apontado para alcançar estes



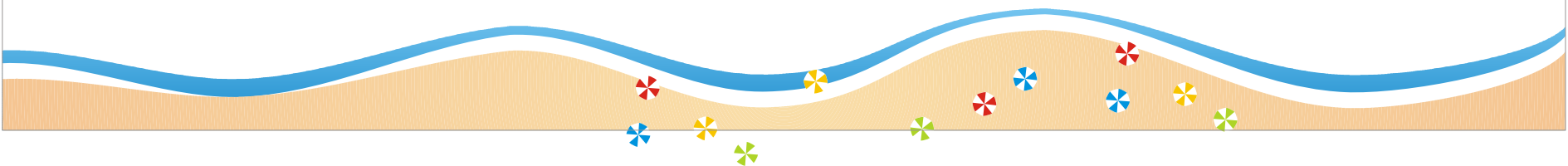
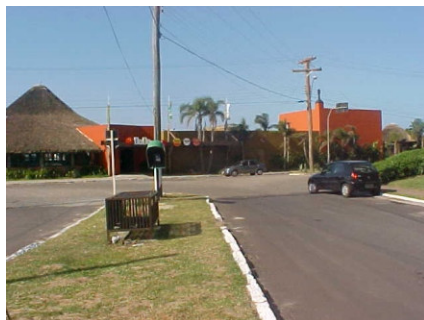
3. INFRA-ESTRUTURA URBANA

Necessidade de melhoria de todos os aspectos pertinentes à questões físicas, sejam ao nível de estrutura viária, serviços urbanos, equipamentos urbanos, limpeza pública, iluminação, entre outras intervenções apontadas.

Analisando a paisagem com mais atenção, percebe-se a falta de unidade dos elementos edificados como revestimentos das ruas, sinalização de todas as ordens, morfologia das edificações demonstrando o aspecto provisório das instalações, até mesmo pela falta de critérios sobre os serviços urbanos, cuja forma de funcionamento apresentam-se aleatórios e desordenados.

Através das fotos anexas, pode-se observar o aspecto degradado da paisagem natural e da edificada do local.

Esta realidade levou a contratação de um projeto arquitetônico de revitalização do espaço. O estudo em questão irá tratar simultaneamente das propostas de intervenções legais e embelezamento junto à beira do rio, até o desenho viário proposto contendo soluções para unificação dos passeios, rede pública de eletricidade, drenagem das ruas, alargamento viário, espaços para estacionamento e até mesmo o paisagismo, mobiliário e sinalização urbanos das vias que compõe o trecho trabalhado.

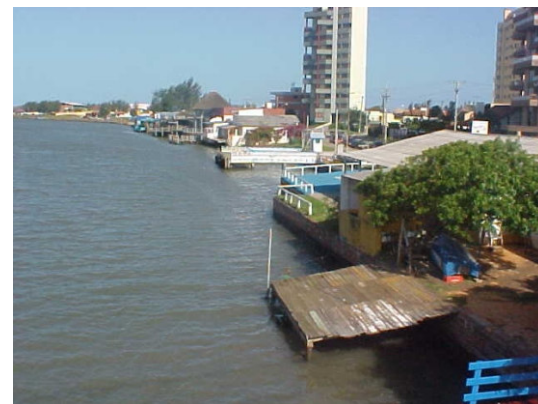


4. REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL/AMBIENTAL

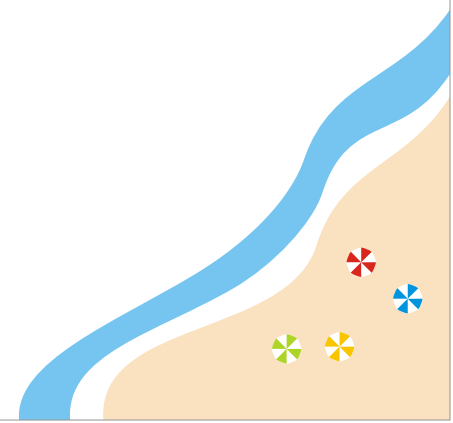
Junto ao Rio Mampituba, em área do Patrimônio da União, é onde localizam-se a maioria dos restaurantes que deverão compor a Rota Gastronômica. Nestes, após levantamento, constatou-se a necessidade imediata de adequação, tanto patrimonial como ambiental, para tanto estamos estudando uma maneira de os mesmos continuarem prestando os serviços de forma organizada e devidamente legalizados, devendo haver um tratamento dos espaços construídos e dos espaços abertos.

Uma grande preocupação é devolver o rio aos usuários em geral. Atualmente os acesso encontram-se obstruídos pelas construções. Sugerimos então, a construção de uma passagem para pedestres nas margens do rio restaurando assim, as conexões de ligação destes espaços de uso público.

Deverão ser levados em consideração as peculiaridades de cada caso, visto que as soluções serão aplicadas individualmente e de acordo com o conjunto de situações que envolvem cada equipamento a ser regularizado.



MAPA TRECHO 01 - ANEXO

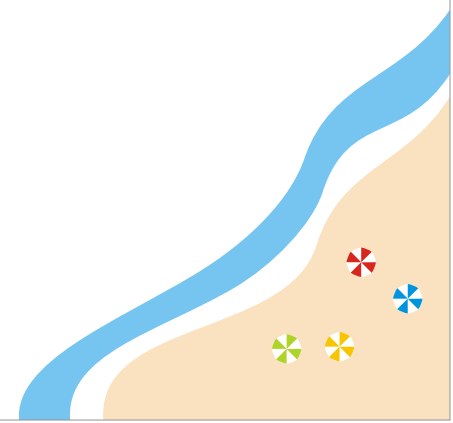


10.0 SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

10.1 BASE LEGAL

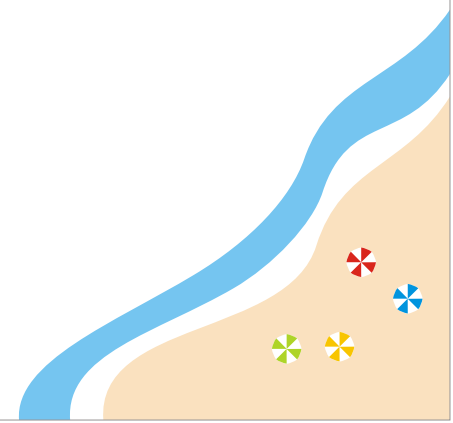
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- | |
|--|
| 01. Lei nº 2902/95 - Que sanciona e promulga o projeto de lei nº 2.949/95 de 26/06/95 que dispõe sobre o Plano Diretor de Torres e da outras providências. |
| 02. Lei nº 3066/96 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para fins de urbano e a instituição de condomínios por unidades autônomas constituídas por duas ou mais edificações destinadas a habitação unifamiliar ou coletivas. |
| 03. Lei nº 3736/2003 – Proíbe a pesca do tipo rede de âncora em áreas da cidade de Torres. |
| 04. Lei nº 2830/94 – Proíbe conduzir ou deixar-se acompanhar de animais domésticos nas praias de Torres. |
| 05. Decreto nº 36/89 - Delimita área para a prática de pesca, surf e modalidades de esporte. |
| 06. Lei nº 51/49 - Sanciona e promulga o Código de Postura do Município de Torres. |
| 07. Lei nº 3375/99 – Institui o Código de Obras do Município de Torres. |
| 08. Lei nº/90 - Foi decretada e promulgada a Lei Orgânica do Município de Torres. |
| 09. Portaria 006/84 - da SUSDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca no RS) – Regulamenta a pesca no Município de Torres. |
| 10. Lei nº 3.372/99 - Sanciona e promulga o Projeto de lei nº 3.432/99 de 06/12/1999 do Poder Legislativo, que cria e delimita a área de proteção ambiental de Lagoa da Itapeva em 07 de setembro de 1999. |



LEGISLAÇÃO ESTADUAL

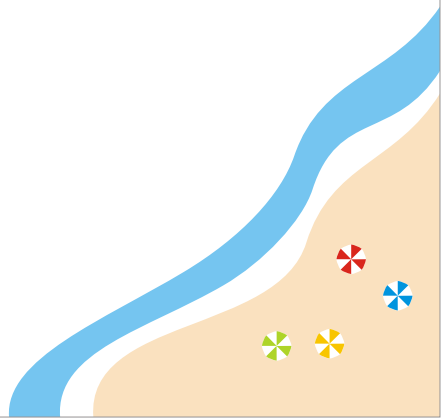
1.	Lei nº 11520/2000 – Código Estadual do Meio Ambiente – Dispõe sobre o gerenciamento costeiro.
2.	Constituição do Estado do RS/89 – Prevê que o Estado desenvolverá ações permanentes de proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente, incumbindo-lhe promover o gerenciamento costeiro.
3.	Lei 10330/94 – Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implantação e controle da política ambiental do Estado e dos Municípios na proteção ambiental.
4.	Lei nº 9204/91 – Proíbe a circulação de veículos nas praias balneárias do RS.
5.	Lei nº 8676/88 – Determina a obrigatoriedade de demarcação das áreas de pesca, lazer ou recreação nos municípios com orla marítima, lacustre ou fluvial.
6.	Lei nº 10164/94 – Dispõe sobre a definição da pesca artesanal no território do RS.
7.	Lei nº 10116/94 – Institui a Lei de Desenvolvimento Urbano, que dispõe sobre os critérios e requisitos mínimos para a definição e delimitação de áreas urbanas e de expansão urbana, entre outros.
8.	Decreto nº 38355/98 – Estabelece normas básicas para o manejo dos recursos florestais nativos do RS, de acordo com legislação vigente.
9.	Decreto nº 34256/92 – Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação.
10.	Decreto nº 34573/92 – Aprova o Regulamento dos Parques do RS.
11.	Decreto nº 38814/98 – Regulamento o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC.
12.	Decreto nº 42009 de 14 de dezembro de 2002 – Cria o Parque Estadual de Itapeva e dá outras providências
13.	Decreto nº 30377/81 , de 14 de outubro de 1981 - Cria Área Especial de Interesse Turístico no Município de Torres - Parque da Guarita.



LEGISLAÇÃO FEDERAL

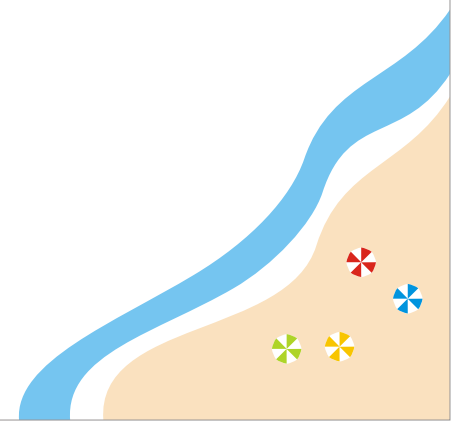
01. Decreto-lei nº 9.760 , de 5 de setembro de 1946 - Dispõe sobre os bens imóveis da União e das outras providências.
02. Decreto-lei nº 2.398 , de 21 de dezembro de 1987 - Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóvel de propriedade da União e das outras providências.
03. Lei nº 9.636 , de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a regularização, altera dispositivo, dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1.946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o parágrafo 2º do art 49 do Ato das administrações, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, Disposições Constitucionais Transitórias, e das outras providências.
04. Medida Provisória nº 2.220 , de 4 de setembro de 2001 - Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o parágrafo 1º do art 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e das outras providências.
05. Lei de 15 de novembro de 1831 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1832 - 1833.
06. Lei nº 601 , de 18 de setembro de 1850 - Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.
07. Decreto nº 1.318 , de 30 de janeiro de 1854 - Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.
08. Lei nº 1.507 , de 26 de setembro de 1867 - Fixa a despesa e orça a geral receita do Império para os exercícios de 1867 - 68 e 1868 - 69, e das outras providências.
09. Decreto nº 4.105 , de 22 de fevereiro de 1868 - Regula a concessão dos terrenos de marinha, dos reservados nas margens dos rios e dos acréscimos natural ou artificialmente.
10. Decreto-lei nº 2.490 , de 16 de agosto de 1940 - Estabelece novas normas para o aforamento dos terrenos de marinha e das outras providências.
11. Decreto-lei nº 3.438 , de 17 de julho de 1941 - Esclarece e amplia o Decreto-Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940.
12. Decreto-lei nº 271 , de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso de espaço aéreo e das outras providências.
13. Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970 - Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimento de assistência social e das outras providências.
14. Lei nº 5.658, de 7 de junho de 1971 - Dispõe sobre a venda de bens imóveis, pelos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, sobre a aplicação do produto da operação, e das outras providências.
15. Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973 - Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.
16. Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União, e dá outras providências.
17. Decreto-lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977 - Dispõe sobre a ocupação de terrenos da União e das outras providências.

continua...



LEGISLAÇÃO FEDERAL

18. Decreto-lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981 – Dispensa do pagamento de foros e de laudêmios ou titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.
19. Lei nº 7661/88 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Orienta a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, ético e cultural.
20. Lei nº 4771/65 – Código Florestal Federal – Considera de preservação permanente as florestas e formas de vegetação natural destinadas a fixar as dunas.
21. Lei nº 9605/98 – Crimes Ambientais – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas decorrentes das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
22. Lei nº 3179/99 – Crimes Ambientais – Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
23. Lei nº 9537/97 – Dispõe sobre a segurança do tráfego em águas sob jurisdição nacional.
24. Lei nº 6766/79 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.
25. Lei 6902/81 – Dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e outras providências.
26. Lei nº 9905/2000 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (regulamentando o artigo 225 da CF/88).
27. Decreto nº 89336/84 – Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e áreas de relevante interesse ecológico.
28. Decreto nº 750/93 – Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.
29. Constituição da República Federativa do Brasil – 88 – Estabelece a zona costeira como patrimônio nacional.
30. NORMAM 03/2000 – Norma da Autoridade Marítima para embarcações de esporte e recreio.
31. NORMAM 11/2000 – Norma da Autoridade Marítima que estabelece critérios para execução de obras sobre e as margens das águas sob jurisdição nacional.
32. Resolução CONAMA 307/2000 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
33. Decreto nº 88.463/83 de 4 de julho de 1983 – Cria a Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos.
34. Portaria nº 51/87 de 23 de Dezembro de 1987 – Proíbe a pesca até a distância de 500 metros ao redor da Ilha dos Lobos.
35. Portaria nº 72/2003 de 31 de outubro de 2003 – Regulamenta a pesca em águas interiores na piracema.



10.2 BASE INSTITUCIONAL LOCAL PARA AS AÇÕES PREVISTAS

O município de Torres apresenta uma gama de entidades que participam, através de seus agentes políticos e sociais, da organização e administração municipal. Nesta área atuam órgãos públicos da administração direta, da administração indireta de âmbito municipal, estadual e federal; outras organizações da sociedade civil, organização não governamental voltada para as questões ecológicas; entidades de classe e os conselhos municipais.

No âmbito municipal, de acordo com que ficou identificado quanto a execução do Plano de Intervenção da Orla, podemos contar com os seguintes órgãos municipais para a sua implantação:

Gabinete do Prefeito

- Assessoria de Imprensa e Marketing

Secretaria de Coordenação e Planejamento

- Central de Projetos
- Departamento de Trânsito

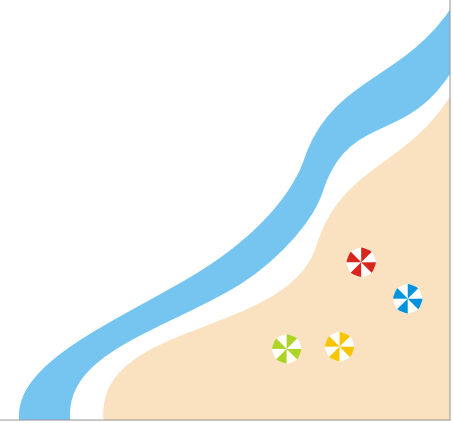
Secretaria do Meio Ambiente

- Departamento de Praças, Parques e Jardins
- Secretariado Mirim
- Departamento de Educação Ambiental
- Departamento de Fiscalização

Secretaria de Obras e Viação

- Departamento de Fiscalização

Secretaria de Turismo e Desportos



10.3 FÓRUNS DE DECISÃO EXISTENTES NO AMBITO DO PLANO

Torres tem um potencial à organização comunitária que favorece a construção de parcerias e ações integradas com os diversos setores locais, visando o desenvolvimento do município nos processos econômicos e sociais. Para as questões relacionadas às futuras ações na Orla, enumeramos alguns Conselhos que deverão atuar diretamente nos assuntos pertinentes a implantação do projeto, a saber:

Conselhos Consultivos Municipais

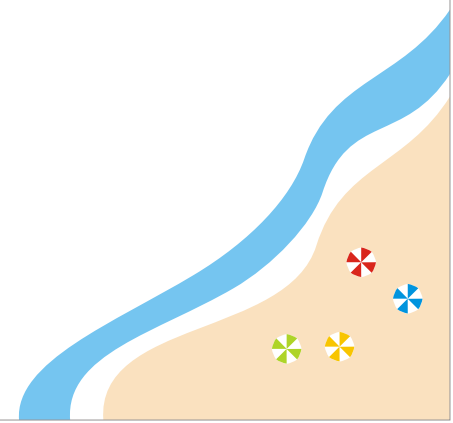
- Conselho Municipal do Meio Ambiente
- Conselho do Desenvolvimento Municipal de Torres
- Conselho Municipal de Turismo
- Conselho Municipal do Plano Diretor
- Conselho Municipal de Desporto
- Conselho Municipal da Saúde

Conselhos Consultivos Regionais

- COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento
- FECONSEPRO - Federação dos Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública
- FAMURS - Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
- AMLINORTE - Associação dos Municípios do Litoral Norte

Outros

- Comitê da Bacia do Rio Tramandaí
- Pró-Comitê da Bacia do Rio Mampituba
- GERCO - Gerenciamento Costeiro
- Projeto Tá Limpo
- Projeto Educar é Proteger a Vida
- Projeto Reciclar
- Projeto Verão Gaúcho
- Projeto Operação Golfinho



11.0 MONITORAMENTO

A fim de se conferir os resultados das ações propostas desenvolvidas, deverá se proceder o monitoramento para que se possa fazer os reajustes necessários, observando o comportamento resultante das ações propostas, através de relatórios, da memória fotográfica, discussão com o Comitê Gestor e demais instituições públicas e privadas envolvidas diretamente e com consulta popular.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- pesquisa junto ao patrimônio da união sobre as ocupações irregulares e/ou cadastradas;
- levantamento sobre o comércio informal na faixa de domínio da união;
- levantamento de áreas públicas em área de domínio da união; - levantamento de ocupações em áreas de preservação com estudo de impacto ambiental;

12.0 SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO

Acreditamos que os itens **11, 12 e 13** deverão ser propostos tão logo seja concluído o detalhamento dos demais trechos, após a consolidação do Comitê Gestor que deverá definir as prioridades das ações.

Desta forma, a legitimidade do Plano, através de seu detalhamento final e cronograma executados pelo comitê gestor constituído de fato, obterá maior eficiência em sua aplicação e certamente credibilidade por uma parcela bem mais significativa da comunidade, que estará desta forma, envolvida no processo.

... E O TRABALHO CONTINUA

